

Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica
Adestramento e Operações Militares da Marinha
Adestramento e Operações Militares do Exército
Assistência e Cooperação da Aeronáutica à Sociedade Civil
Assistência e Cooperação da Marinha à Sociedade Civil
Assistência e Cooperação do Exército à Sociedade Civil
Calha Norte
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos
Desenvolvimento da Aviação Civil
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária
Ensino Profissional da Aeronáutica
Ensino Profissional da Marinha
Ensino Profissional do Exército
Gestão da Política de Defesa Nacional
Mobilização para Defesa Nacional
Nacionalização do Material Bélico
Operações Militares
Proantar
Proteção ao Vôo e Segurança do Tráfego Aéreo
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro
Recursos do Mar
Segurança e Proteção ao Tráfego Aquaviário
Serviço de Saúde das Forças Armadas
Tecnologia de Uso Aeroespacial
Tecnologia de Uso Naval
Tecnologia de Uso Terrestre

Ministério da Defesa

Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica

Resultados

O esforço aéreo é o produto síntese que permite ao Comando da Aeronáutica atingir o objetivo do Programa de **Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica**, de preparar a Aeronáutica para o cumprimento de sua destinação constitucional. O Indicador Taxa de Esforço Aéreo estabelece, anualmente, a relação percentual entre o número de horas voadas e o número necessário de horas de voo para manter a operacionalidade da Força Aérea Brasileira. O índice final do PPA foi estipulado em 75%, tendo sido apurado 62% em 2000 e 63,80% em 2001. O índice do indicador apurado em 2002 foi de 63,61% e o índice final do PPA é 75%.

Duas ações têm impacto direto sobre o esforço aéreo: Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes de Aviação e Manutenção e Suprimento de Material de Aviação. O produto dessas ações representa a aeronave disponível para o voo. Somente no corrente ano, estas ações foram contingenciadas, até 29/10/2002, em 31,06% e 17,90%, respectivamente. No caso do material de aviação, os desdobramentos deste contingenciamento terão conseqüências também nos próximos anos, pois algumas peças de reposição demoram de seis meses a dois anos para serem entregues, após a formalização do pedido e o pagamento inicial. Vale ressaltar que a situação atual da frota de aeronaves da FAB reflete, também, as restrições orçamentárias de anos anteriores.

As principais realizações alcançadas pelo Programa, até 30 de outubro, foram as seguintes:

- operações destinadas a apoiar o exército e a marinha, conforme estabelecido no plano de missões conjuntas;
- operações destinadas a apoiar o exército, no transporte de tropas para o timor leste, e a marinha, no transporte de pessoal e de material para a estação antártica comandante ferraz;
- operações previstas no plano de apoio à amazônia, destinadas a apoiar organizações do comando da aeronáutica, das demais forças de superfície e de outros órgãos envolvidos em atividades na região amazônica;
- operações destinadas a apoiar o programa calha norte, com transporte de alimentos, de medicamentos e de profissionais de saúde, bem como de material de construção para os batalhões de engenharia do exército;
- operações de patrulhamento marítimo da zona econômica exclusiva, no tocante ao controle do tráfego marítimo e à prática de atos ilícitos;
- operações de apoio ao ministério da justiça no combate ao narcotráfico;
- operações de apoio à justiça eleitoral no transporte de pessoal e de material necessário às eleições;
- operações de apoio ao ministério da saúde no transporte de pessoal e de material necessário à vacinação;
- operações de apoio ao Programa **Comunidade Solidária** no transporte de pessoal e de material necessário às ações sociais;

Gerente:

Cel. Av. Jorge Silva Escobar

- Operação Cruzex - exercício multinacional para treinamento de força tarefa combinada, que envolveu Brasil (coordenador), Argentina, Chile, França e Uruguai;
- Operação Fortaleza - operação combinada para prestar apoio de segurança à 43ª Reunião da Assembleia de Governadores do BID; e
- Operação Tapuru - exercício combinado para proteção da região amazônica;

Estão previstas as seguintes operações militares até o final deste ano:

- operação Boiadeiro - operação combinada para impedir a entrada de animais com febre aftosa na área da fronteira brasileira entre o Mato Grosso do Sul e o Paraguai;
- operação Maracaju - exercício combinado com a finalidade de interceptar tráfegos desconhecidos nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste;
- Operar - grande exercício da força aérea com a finalidade de adestrar os comandos operacionais envolvidos no planejamento e na execução de operações da FAB; e
- operação Leão II - exercício combinado para simular a conquista de uma região no litoral do Espírito Santo (operação Anfíbia)

Principais realizações esperadas até 2003:

- realização de operações que propiciem o adestramento dos comandos operacionais da força aérea;
- realização de operações combinadas com forças aéreas de países amigos; e
- realização de operações combinadas com as demais forças singulares brasileiras.

Os recursos para o programa constantes na Lei Orçamentária para o corrente ano representam apenas 46,62% das necessidades estimadas para 2002. O limite orçamentário estabelecido pela SOF para 2003 representa 40,52% das necessidades previstas. Embora os valores globais alocados ao Programa tenham uma tendência crescente desde 2000, os contingenciamentos aplicados ao longo do período impediram um fluxo constante, o que não permitiu a execução tempestiva de determinadas ações, principalmente as de Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes de Aviação e Manutenção e Suprimento de Material de Aviação, que têm impacto direto na disponibilidade de aeronaves para o voo.

Concepção

Caracterização do problema: A necessidade da sociedade brasileira de possuir uma Força Aérea adestrada e capaz de realizar as operações militares destinadas a garantir a defesa nacional não sofreu alterações ao longo do período 2000-2002.

Atributos do Programa: O objetivo do Programa, de preparar o Comando da Aeronáutica para o cumprimento de sua destinação constitucional descreve claramente a finalidade do mesmo. O público-alvo (toda a nação brasileira) está bem caracterizado e dimensionado, pois o Programa abrange todo o território nacional. Vale ressaltar que as ações que compõem o Programa são suficientes e abrangem os diferentes aspectos que constituem o adestramento e a realização de operações militares da Aeronáutica. Entretanto, quanto ao tipo de programa, o melhor enquadramento seria o de Serviço ao Estado, pois os bens e serviços gerados pelo Programa visam garantir a defesa da pátria, dos poderes constituídos e, também, da lei e da ordem, que são de responsabilidade do Estado.

O Programa é composto por quinze ações, todas do tipo atividade:

- Ações de caráter sigiloso;
- Alimentação de pessoal;
- Capacitação física do pessoal militar da aeronáutica;
- Instrução militar e adestramento da aeronáutica;
- Manutenção e suprimento de armamento;
- Manutenção e suprimento de combustíveis e lubrificantes;
- Manutenção e suprimento de estandes de tiro e campos de provas;
- Manutenção e suprimento de fardamento;
- Manutenção e suprimento de material contra incêndio;
- Manutenção e suprimento de material de aviação;
- Manutenção e suprimento de material de intendência;
- Manutenção e suprimento de material de saúde;
- Manutenção e suprimento de munições;
- Manutenção e suprimento de simuladores; e
- Manutenção e suprimento do transporte logístico de superfície.

Atributo de ação: em relação a alterações no desenho do Programa seria mais adequado mudar o título da ação Suprimento e Manutenção de Armamento para Suprimento e Manutenção de Material Bélico, pois o termo material bélico abrange uma categoria maior de itens e de equipamentos, entre os quais o próprio armamento.

Estratégia de implementação: este Programa tem sua execução afeta aos órgãos responsáveis pela realização das ações, e os respectivos coordenadores, não estando os mesmos subordinados hierarquicamente ao gerente do Programa. Entretanto, os órgãos de direção geral e setorial do Comando da Aeronáutica estabelecem planos de ação, planos de avaliação, organização para o trabalho, forma de repasse de recursos, forma de controle e acompanhamento do desempenho, de modo que a realização das ações está incorporada ao cumprimento da missão de cada organização responsável. A estrutura administrativa na qual o Programa está inserido é compartilhada com todos os programas sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica. Esta estrutura ocupa os diferentes níveis organizacionais e situa-se em locais físicos dispersos por todo o território nacional. Os sistemas de comunicações de dados e de voz do Comando da Aeronáutica permitem a necessária coordenação e o acompanhamento das ações. O aproveitamento de toda a estrutura administrativa e operacional existente no Comando da Aeronáutica foi o aspecto que contribuiu favoravelmente para a implementação das ações e obtenção dos principais resultados do Programa.

Implementação

Os recursos do Programa são oriundos, na sua totalidade, do orçamento da União. A descontinuidade do fluxo de recursos provoca um acúmulo de necessidades nos anos subsequentes. Há casos de ações, como Suprimento e Manutenção de Material de Aviação e Suprimento e Manutenção de Fardamento, em que a formalização do pedido, o pagamento inicial, o recebimento dos lotes de material e os pagamentos subsequentes ocorrem em períodos que variam de seis meses a três anos. Com isto, os planejamentos são redimensionados para valores cada vez mais altos e mais distantes da realidade orçamentária. Outra consequência da descontinuidade do fluxo de recursos é a concessão de créditos próximo ao final do exercício, o que exige da administração redimensionamento de projetos, cujos resultados não terão aplicação prática no ano em curso.

O Comando da Aeronáutica, por intermédio do **Programa Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica**, tem realizado parcerias com diversas instituições, entre as quais cabe destacar, o Exército, a Marinha, o Ibama, a Polícia Federal e as Forças Aéreas de países amigos. Os resultados destas parcerias têm proporcionado intercâmbios de conhecimentos, exercícios combinados e cursos de especialização, dentre outros, o que tem contribuído para o adestramento da Aeronáutica.

Devido à característica e à dimensão do público-alvo do Programa, a nação brasileira, sua participação tem ocorrido por meio das instituições representativas dos Poderes constituídos, nas diversas áreas de interface com o Programa. Como o resultado do Programa está inserido em um contexto mais amplo de defesa nacional, uma pesquisa de satisfação do público-alvo neste sentido teria que considerar a atuação conjunta das Forças Armadas e do Ministério da Defesa, bem como de outros órgãos governamentais que fazem parte do sistema de defesa nacional.

A implementação do modelo de gestão por programas permitiu uma melhor organização da ação setorial, resultando em maior transparência e no desenvolvimento de novas e modernas ferramentas gerenciais. Nesse sentido, o Comando da Aeronáutica está consolidando a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão - SIPG, o qual faz a transposição da metodologia do PPA para a Aeronáutica, orientando o seu planejamento, execução e controle orçamentário nos mesmos parâmetros e critérios dos programas e ações.

Adestramento e Operações Militares da Marinha

Resultados

A variação do índice do indicador, no que se refere à capacidade de pronto emprego dos meios operativos da Marinha, foi de 70% no início do PPA e o índice planejado ao final do PPA é de 80%. Em 2001 verificou-se uma queda do índice para 58%, essa queda evidencia a dependência de recursos alocados à Marinha do Brasil. O índice do indicador no ano de 2002 foi de 52%.

Em 2001 - A manutenção foi realizada em níveis satisfatórios dos 103 navios, 80 helicópteros e 23 aviões existentes na Marinha do Brasil; a alimentação, capacitação do pessoal e suprimento de fardamento em níveis adequados para todo o contingente de militares da Marinha.

Em 2002 - Realização de operações conjuntas com as Marinhas dos Estados Unidos, Venezuela, Argentina, Uruguai e África do Sul e visitas a portos estrangeiros; manutenção de 112 navios - sendo um navio-aeródromo; 24 navios patrulhas; 11 corvetas; 10 fragatas; 2 contratorpedeiros; e 62 navios de diversas classes; 103 aeronaves - incluindo as 23 AF-1/1A "Skyhawk"; e 25 batalhões e grupamentos de fuzileiros navais e respectivos equipamentos.

O aprestamento das Forças Navais e a manutenção dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais foram prejudicados devido a cortes orçamentários. Essas restrições ocasionaram a reavaliação do Programa Geral de Manutenção e a conseqüente postergação para o exercício seguinte dos diversos reparos e manutenções dos meios navais. Caso essa situação não se reverta, acarretará uma crescente degradação dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, sendo necessário, no futuro, maior aporte de recursos, visando a operacionalidade desses meios. As Organizações Militares Prestadoras de Serviços - OMPS responsáveis pela execução de reparos e manutenções em nossos meios, se ressentem de investimentos nos seus parques industriais que já se apresentam com grau de obsolescência considerável. Esta limitação acarreta um maior grau de terceirização de serviços e reparos.

Concepção

O inventário de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais de que a nação dispõe deve ser mantido, pela Marinha, em elevado grau de aprestamento, quantitativa e qualitativamente, de forma a garantir a defesa nacional como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento, e possibilitar o cumprimento da missão atribuída constitucionalmente à Marinha do Brasil.

O Programa e a estratégia de implementação estão perfeitamente definidos, não necessitando de alteração nos atributos.

O Programa é composto por 14 ações, com a execução assim distribuída:

Comando da Marinha - 14 atividades.

- Abastecimento de sobressalentes e equipagens: assegurar em níveis e condições adequadas as equipagens e os sobressalentes para as organizações militares da Marinha do Brasil;
- Ações de caráter sigiloso: garantir a segurança do Estado e da sociedade, conforme prevêm a ressalva do art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, a lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e o art. 86, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.
- Alimentação de pessoal: promover, manter e controlar o provimento da alimentação para o pessoal militar das Forças Armadas;

Gerente:

**Contra-Almirante Gilberto Max Roffé
Hirschfeld**

- Aprestamento das Forças Navais: manter o preparo dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais para o adequado estado de prontidão operativa das Forças Navais;
- Capacitação física do pessoal militar da Marinha: capacitar fisicamente militares para o desempenho de cargos e funções de interesse da Marinha do Brasil;
- Doutrina e estratégia militar: promover a atualização e o aperfeiçoamento contínuo das Forças Armadas;
- Formação da reserva mobilizável: garantir um contingente capacitado para ser reintegrado ao serviço militar ativo, em caso de necessidade da Marinha do Brasil;
- Manutenção de meios aeronavais: manter em condições ideais de operacionalidade os meios aeronavais;
Manutenção de meios de fuzileiros navais: manter em condições ideais de operacionalidade os meios de fuzileiros navais da Marinha;
- Manutenção de meios navais: manter em condições ideais de operacionalidade os meios navais da Marinha;
- Manutenção de sistemas operativos: dotar os meios navais, aeronavais, de fuzileiros navais e os órgãos operativos da Marinha do Brasil de sistemas prontos e capacidade para auxiliar no cumprimento de suas respectivas missões;
- Manutenção e suprimento de combustíveis e lubrificantes: assegurar adequada manutenção e o suprimento de combustível e lubrificantes nas organizações militares;
- Manutenção e suprimento de fardamento: atender às necessidades de fardamento das organizações militares, visando uniformizar a tropa;
- Manutenção e suprimento de munições: garantir a segurança no manuseio e na utilização, bem como o suprimento necessário para o ano de instrução, pêra defesa do aquartelamento e para o pronto emprego das Forças Armadas.

Público-alvo: o Programa **Adestramento e Operações Militares da Marinha** tem como público-alvo a nação brasileira.

Estratégia de implementação: no Comando da Marinha a implementação é realizada em conformidade com o Sistema do Plano Diretor da Marinha - SPD, a estratégia de execução é realizada por meio de 44 planos internos voltados para: manter em plena condição de operação os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais; manter em plena condição de operação as organizações militares terrestres; disponibilizar suprimentos de gêneros alimentícios, combustíveis e lubrificantes, fardamento, munição e sobressalentes; administrar o contingente da reserva naval; e administrar as atividades inerentes ao pronto emprego das Forças Navais.

Fontes de financiamento: o Programa recebe recursos somente do Orçamento Fiscal.

Implementação

Recursos: o Programa nos anos de 2000 e 2001 executou um total de R\$ 798.176.833,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 437.241.395,00.

Satisfação do público alvo: a Marinha utiliza-se da mídia para avaliar a satisfação do público-alvo.

Adestramento e Operações Militares do Exército

Resultados

O índice inicial projetado em 1998 foi de 60%, correspondente ao indicador Taxa de Preparo do Efetivo Militar. Em 2000: a taxa sofreu uma redução de 1%, uma vez que os recursos disponibilizados atenderam apenas 50% das necessidades. Por sua vez, o contingenciamento de recursos, aliado a sua tardia inversão, influenciou de maneira negativa a execução das ações. Além disso, a descontinuidade do fluxo financeiro prejudicou a execução programada. Soluções alternativas foram implementadas, como: a redução do expediente a partir de novembro do referido ano, a priorização de exercícios e de operações militares e a redução do custo de manutenção de equipamentos, viaturas, aeronaves e outros materiais de emprego militar.

Em 2001: o índice do indicador retornou ao patamar inicial, ou seja, 60%, porém projetando as mesmas dificuldades, principalmente no que tange a Capacitação Operacional da Força Terrestre, não só no adestramento dos seus quadros e do Núcleo Base (Cb e Sd engajados), como também no preparo do contingente que presta o serviço militar inicial. Nesse sentido a prioridade foi direcionada para o período de Instrução Individual do recruta, em detrimento de exercícios, no nível Grande Unidade, previstos para a fase de Adestramento, que ocorre no segundo semestre de cada ano.

Em 2002: a previsão para o alcance do índice do indicador está comprometida, em virtude do contingenciamento decretado em meados do referido exercício implicou no licenciamento antecipado de 44 mil recrutas, que estavam prestando o serviço militar inicial. Outras medidas foram tomadas pelo Comando do Exército, tais como: a implantação do meio expediente a partir do mês de agosto; a supressão de várias operações militares, envolvendo também as outras Forças Singulares Exércitos de outras nações, assim como a suspensão de aquisições de materiais e prestações de serviços que estavam em andamento.

Diante desses fatos o índice a ser atingido em 2002, deverá ficar em torno de 50%, o que compromete a Taxa de Preparo do Efetivo Militar a ser alcançada no final do PPA 2000-2003.

Ano 2001: operação para garantir a lei e a ordem em Tocantins e na Bahia por ocasião da rebelião da Polícia Militar dos referidos estados; operação em benefício das comunidades atingidas pela seca em nove estados da federação, realizada no período de junho a dezembro de 2001; operação de apoio ao combate à febre aftosa nas áreas de fronteira, realizada no período de março a novembro de 2001; operação visando aprimorar o planejamento do apoio logístico em prol da Defesa Civil, no caso de ocorrência de incêndio no Parque Nacional do Iguaçu, com a participação dos Exércitos Brasileiro e Argentino; operação visando o emprego de uma Força de Paz multinacional, com a participação dos Exércitos do Brasil, Estados Unidos, Chile, Argentina, Peru, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Equador; apoio logístico à Polícia Federal no combate ao narcotráfico; preparo e adestramento dos quadros permanentes, dos soldados recrutas e da reserva mobilizável, visando à defesa da Pátria e a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer um destes, da lei e da ordem; operações convencionais em um quadro tático defensivo, envolvendo o Exército Brasileiro e o Argentino, com a presença de observadores dos Exércitos do Paraguai e Uruguai.

Gerente:

**General de Brigada
Rui Monarca da Silveira**

Ano 2002

Emprego da força terrestre em operações militares e exercícios de adestramento

O Exército Brasileiro, visando o seu preparo para o cumprimento de sua missão constitucional, realizou em 2002 operações militares e exercícios de adestramento, dentre os quais destacam-se:

- Operação Tapuru: grande operação militar, realizada na área da Amazônia, com o objetivo de adestrar o Sistema de Comando e Controle do Comando Combinado da Defesa. Essa operação possibilitou uma atuação combinada da Marinha, do Exército e da Força Aérea, a fim de proteger a Amazônia Brasileira. Foi realizada no período de 20 a 25 de maio de 2002, com a participação integrada de grandes efetivos de pessoal e materiais. Os participantes do Exército na Operação Tapuru foram: o Comando Militar da Amazônia - CMA, a 12ª Região Militar, a 1ª e a 16ª Brigada de Infantaria de Selva, o 4º Esquadrão de Aviação do Exército, a 1ª Companhia de Guerra Eletrônica, o Destacamento de Forças Especiais e o Centro de Embarcações do CMA;
- Operação Araçari: operação visando o adestramento avançado do Comando Militar do Oeste - CMO. Realizada em Mato Grosso do Sul nos municípios de Campo Grande, Dourados e Jardim, no período de 14 a 19 de outubro de 2002, envolvendo, além das tropas do CMO, a Brigada de Infantaria Pára-quedista, a 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel), o Centro de Instrução de Aviação do Exército, a 11ª Brigada de Infantaria Blindada, o Centro de Avaliação de Adestramento do Exército, o 1º Batalhão de Forças Especiais, a 1ª Companhia de Guerra Eletrônica, a Companhia de Defesa Química, Biológica e Nuclear, a 1ª Bateria de Lançadores Múltiplos de Foguetes e a Força Aérea Brasileira;
- Operação Agulhas Negras: operação visando o adestramento avançado da 2ª Divisão de Exército em Operações Ofensivas. Realizada em Rezende - RJ, no período de 24 a 29 de novembro de 2002, envolvendo efetivos da 2ª Divisão de Exército, 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel), 11ª Brigada de Infantaria Blindada e Centro de Instrução de Aviação do Exército;
- Operação Laço Forte: operação visando o adestramento dos quadros de uma brigada blindada. Realizada na província de Entre Rios, na Argentina, no período de 04 a 08 de novembro de 2002, com a participação de militares do Exército Brasileiro e Argentino;
- Operação Forças Unidas: operação visando o intercâmbio de experiências em operações de paz. Realizada em Montevideú, no Uruguai, no período de 06 a 10 de maio de 2002, com a participação de delegação do Exército Brasileiro e integrantes do Exército do Uruguai;
- Operação Cabañas: operação visando o adestramento de Pelotões de Força de Paz. Realizada em Santiago, no Chile, no período de 11 a 31 de outubro de 2002, com a participação de um pelotão do Exército Brasileiro e de integrantes do Exército Chileno;
- Operação Felino: operação visando o adestramento de Força de Paz, no ambiente de caatinga. Realizada na cidade de Petrolina - PE, no período de 27 de outubro a 10 de novembro de 2002, com a participação da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada;
- Operação Saci: operação visando o adestramento avançado da Brigada de Infantaria Pára-quedista em operações aeroterrestres. Realizada em Santa Maria - RS no mês de novembro de 2002, com a participação da Brigada de Infantaria Pára-quedista, Comando de Aviação do Exército e Força Aérea Brasileira.

Instrução militar e adestramento da força terrestre

Foram instruídos e adestrados cerca de 76% do efetivo militar em 2002.

- Através da instrução militar, o efetivo foi capacitado técnica e taticamente para o exercício eficaz de suas funções e as organizações militares operacionais alcançaram níveis mínimos de operacionalidade para cumprir as missões fundamentais previstas em sua base doutrinária.

Doutrina e estratégia militar

- A formulação da doutrina e da estratégia militar é de capital importância para o preparo e o emprego da Força Terrestre. O índice atingido de 100% de documentos produzidos em muito contribuiu para atingir o objetivo do Programa.

Restrições - O contingenciamento orçamentário obrigou o cancelamento de contratos, em particular os referentes à manutenção preventiva do Sistema de Telemática Militar (centrais telefônicas, equipamentos das redes rádio fixa principal e secundária), o que foi solucionado sob a forma de manutenção corretiva, ou seja, quando ela ocorre, onerando o seu custo.

O atraso na liberação de recursos ocasionou e tem ocasionado o não pagamento na época oportuna dos serviços prestados pelas concessionárias (energia elétrica, água, telefonia) com conseqüente acréscimo de juros e a possibilidade de cortes.

O aumento significativo dos recursos em restos a pagar comprometeu a dotação de exercícios seguintes e poderá comprometer a dotação de 2003, reduzindo ainda mais a eficiência da manutenção e suprimento de equipamentos, armamentos, viaturas, aeronaves e equipamentos de telemática.

Quanto às licitações, devido a esses problemas ocorridos, as empresas de maior tradição no mercado não estão se sentindo atraídas. Conseqüentemente, outras empresas com qualificação inferior vêm se habilitando e proporcionando serviços de baixa qualidade.

.....
Caracterização do problema - o Exército Brasileiro tem a necessidade de instruir, adestrar os seus efetivos, formar e adestrar a reserva mobilizável, capacitar operacionalmente os seus quadros e capacitar-se para o emprego em operações militares.

Concepção

O Programa **Adestramento e Operações Militares do Exército** possibilita, por meio de suas ações, o preparo, a capacitação, o adestramento e o emprego da Força Terrestre, visando a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, a participação em operações de paz e, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil.

O Programa é composto por 25 ações, com a execução assim distribuída:

Comando do Exército – 24 atividades e uma operação especial:

- Ações de caráter sigiloso;
- Alimentação de pessoal;
- Capacitação física do pessoal militar do Exército;
- Capacitação operacional da força terrestre;
- Cartografia terrestre;

- Compromissos decorrentes da missão de observadores militares Equador Peru - Momep;
- Doutrina e estratégia militar;
- Emprego da força terrestre em operações;
- Formação e adestramento da reserva mobilizável;
- Instrução militar e adestramento do Exército;
- Manutenção e suprimento de animais, material de veterinária e agrícola;
- Manutenção e suprimento de combustíveis e lubrificantes;
- Manutenção e suprimento de equipamentos de Engenharia de construção;
- Manutenção e suprimento de fardamento;
- Manutenção e suprimento de material bélico;
- Manutenção e suprimento de material de aviação;
- Manutenção e suprimento de material de comunicações táticas e estratégicas;
- Manutenção e suprimento de material de intendência;
- Manutenção e suprimento de material de saúde;
- Manutenção e suprimento de munições;
- Manutenção e suprimento do transporte logístico de superfície;
- Manutenção e suprimento dos sistemas de telemática militar;
- Mapeamento e demarcação de áreas;
- Segurança a autoridades; e
- Seleção para o serviço militar e apresentação da reserva em disponibilidade.

Há uma certa dificuldade em gerenciar ações que agregam manutenção e suprimento tendo em vista a execução contemplar duas atividades distintas (manutenção e suprimento), as quais se encontram subordinadas a chefes de graus hierárquicos diferenciados.

Público-alvo - a repercussão do licenciamento antecipado foi um fato negativo perante o público-alvo, haja vista a dimensão do problema levado a efeito pelos meios de comunicação e pela própria sociedade. As conseqüências se fizeram refletir não só nos objetivos previstos no Programa **de Adestramento e Operações Militares do Exército**, como também nos aspectos sociais (sustento familiar, dívidas contraídas, desemprego, prejuízos e fechamento de microempresas que gravitam no atendimento aos soldados, como: barbearias, cantinas, lojas de artigos militares e *lavadeiras*).

A suspensão de exercícios e operações, particularmente em áreas estratégicas (Centro-Oeste, Norte e Sul), também contribuiu de maneira negativa perante as comunidades dessas regiões, uma vez que a presença de forças militares transmite sentimento de maior segurança.

A implantação de meio expediente nesse período, particularmente no decorrer de 2002, também não tem repercutido de maneira positiva diante da sociedade, transmitindo a idéia de que poderá haver um comprometimento do preparo e do emprego da Força Terrestre.

Estratégia de implementação - com a finalidade de instruir, adestrar e formar seus efetivos e a reserva mobilizável, capacitando seus quadros para o emprego em operações militares, diante da restrição de recursos, houve a necessidade de priorizar a instrução carreando esforços para o período da instrução individual, reduzindo - se o número de exercícios e operações previstos para a fase de adestramento.

.....
Capacitação - existe uma grande dificuldade da gerência do Programa devido ao acúmulo de trabalhos, o qual exerce uma função no âmbito da organização voltada para as políticas, diretrizes estratégicas e doutrina do exército, concomitantemente com o exercício das atividades relativas à gerência do Programa. Os componentes da equipe gerencial também estão empenhados nesses tipos de atividades, encontrando as mesmas dificuldades expostas ao gerente. Julga-se que, em médio prazo, a solução será destinar uma equipe com dedicação exclusiva para gerenciar o Programa.

Implementação

A partir de maio de 2001 houve um significativo esforço no sentido de capacitar a equipe gerencial responsável pela implementação do Programa. Esse esforço foi direcionado principalmente para a realização de cursos na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Essa capacitação permitiu melhorar o desempenho dos coordenadores responsáveis pelas ações, uma vez que os conhecimentos obtidos pela equipe gerencial foram repassados por meio de palestras e contatos pessoais. No entanto, a rotatividade (transferências do pessoal militar) interfere no andamento dos trabalhos, tendo em vista a necessidade de capacitar os novos componentes.

Parcerias - seria vantajoso o estabelecimento de parcerias com as demais Forças Singulares. Entretanto, julga-se que o Ministério da Defesa considere viável, nos seus estudos, essa possibilidade.

Participação da sociedade - de certa forma a sociedade tem uma participação relativa no Programa. O serviço militar obrigatório constitui a interface entre a sociedade e o Exército, uma vez que os soldados incorporados são instruídos e adestrados para serem empregados de acordo com sua missão constitucional do Exército. Os benefícios daí decorrentes estão caracterizados nas ações subsidiárias (apoio à população atingida pela seca, apoio ao combate à dengue, apoio ao combate à febre aftosa e apoio à população civil nos casos de calamidades públicas, que beneficiam a sociedade de maneira geral). Além disso, os soldados incorporados deverão estar capacitados para atuar de modo preventivo e operativo contra qualquer forma de ameaça ou agressão que comprometam a lei e a ordem e o estado democrático de direito, proporcionando segurança à sociedade.

Satisfação do público-alvo - a natureza e a característica das ações de caráter permanente desenvolvidas pelo Exército, onde se situa um de seus programas - o de Adestramento e Operações Militares do Exército - diferem da maioria dos objetivos de outros programas que são destinados a resolver, muitas das vezes, problemas de curto prazo da sociedade. A satisfação dos beneficiários dos serviços prestados pela instituição é mensurada por meio de relatórios oriundos dos comandos que efetivamente participam do preparo e do emprego das organizações militares, incrementados na fase da instrução básica individual, na fase de adestramento, nos exercícios e nas operações, as missões para garantir a lei e a ordem e, inclusive, nas ações subsidiárias em apoio à população civil. Os resultados dessa satisfação são divulgados em nível nacional por meio do Centro de Comunicação Social do Exército e pela imprensa de uma maneira

geral. Cita-se como exemplo a Operação Tapuru, divulgada pela Rede Globo (Jornal Nacional) no dia 23 e 24 de maio de 2002 e pelo Correio Brasiliense, também dos dias 23 e 24 de maio. Os resultados das pesquisas obtidos no âmbito do Exército e aqueles divulgados pela imprensa, servem de parâmetro para aperfeiçoar o Programa. Com isso, diante das dificuldades, foram priorizados os exercícios e as operações para áreas estratégicas, no sentido de manter a credibilidade da instituição perante o seu público-alvo. A concessão da Rádio Verde Oliva, obtida pelo Exército no ano de 2002, favorece a divulgação das ações que estão sendo implementadas, não somente no Programa em tela, como também das ações desenvolvidas nos demais programas vinculados à Instituição.

Assistência e Cooperação da Aeronáutica à Sociedade Civil

Resultados

O Programa em pauta é de extrema importância sistêmica para as ações do Governo Federal, uma vez que ele apóia diretamente outras atividades inseridas em diversos programas constantes do PPA, principalmente aqueles envolvidos com saúde, educação, justiça eleitoral, defesa civil e segurança e defesa. Várias ações que deveriam ser desenvolvidas por este Programa, estão sendo realizadas pelo Programa **Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica**, como exemplo, podemos citar:

- operações de apoio ao Ministério da Justiça no combate ao narcotráfico;
- operações de apoio à Justiça Eleitoral no transporte de pessoal e de material necessário às eleições;
- operações de apoio ao Ministério da Saúde no transporte de pessoal e de material necessário à vacinação;
- operações de apoio ao Programa **Comunidade Solidária** no transporte de pessoal e de material necessário às ações sociais;
- operação Fortaleza – operação combinada para prestar apoio de segurança à XLIII Reunião da Assembléia de Governadores do BID; e
- operação Boiadeiro - operação combinada para impedir a entrada de animais com febre aftosa na área da fronteira brasileira entre o Mato Grosso do Sul e o Paraguai.

Nos anos de 2000 e 2001 aconteceram várias solicitações que foram atendidas dentro das disponibilidades do Comando da Aeronáutica, uma vez que a dotação orçamentária alocada é mínima e pouco se pode fazer além do possível que já é executado.

Parcerias - é recomendável que a dotação deste Programa derive de uma cesta orçamentária oriunda de outros programas interessados em interagir, ao longo do tempo, com esse tipo de necessidade – transporte aéreo. O Ministério da Saúde, por exemplo, poderia prever, nos seus planejamentos, quanto seria a necessidade de apoio aéreo para o próximo PPA e então informar o valor pertinente ao gerente do Programa. Os outros ministérios, por intermédio de seus respectivos gerentes, agiriam da mesma forma. De posse de todas as informações seria elaborada a projeção orçamentária para 2004-2007.

Restrições - o Comando da Aeronáutica não poderá atender todas as missões solicitadas pelos diversos órgãos federais, o que impactará negativamente na execução da missão de outros programas. Além disso, deve-se notar que a dotação orçamentária do Programa em pauta implica a diminuição do limite orçamentário, quando, na realidade, ele foi idealizado para permitir o atendimento das necessidades dos outros gerentes que necessitam de apoio aéreo. É mister observar esses detalhes, pois eles podem gerar (ou já estão gerando) a entropia do sistema.

A cultura organizacional das nossas instituições públicas ainda não permite absorver e aplicar os novos conceitos estabelecidos pelo PPA 2000-2003 dentro dos critérios de oportunidade e tempestividade. Caso este Programa venha a funcionar dentro dos padrões requeridos pelo PPA e normas pertinentes devolver-se-á à sociedade um serviço de excelente qualidade.

Gerente:

**Ten Cel Int
Afonso Farias de Sousa Júnior**

Execução orçamentária e financeira - até o momento não houve execução do Programa em 2002. No PLOA 2003, o Programa não recebeu dotação.

Concepção Caracterização do problema - o Programa foi desenhado para atender às demandas de atividades constantes de inúmeros outros programas governamentais. O apoio aéreo é imprescindível para certas ações e compulsório para outras. Quando se trata de campanhas de saúde, ele é imprescindível. Quando se trata de ações de defesa civil, ele é compulsório. Foi dentro dessa concepção que o Programa foi delineado: atender as demandas de apoio aéreo do Governo Federal. No entanto, o programa necessita de modificações quanto às fontes de financiamento e quanto à forma de implementação, para melhor atendimento das demandas.

O Programa é composto por duas ações, sendo ambas atividades:

- Ações cívico sociais; e
- Apoio aéreo para o transporte de cargas e passageiros.

Fontes de financiamento - deve-se repensar o modo pelo qual a dotação orçamentária para o Programa é composta. Atualmente, ela faz parte da dotação disponibilizada para o Comando da Aeronáutica e os órgãos demandantes em nada contribuem para a alocação de recursos programada. É mister que cada órgão informe suas necessidades e valores, viabilizando o atendimento das suas solicitações. O contingenciamento e o equívoco na concepção de planejamento implicam o recrudescimento das atividades.

Estratégia de implementação - este Programa tem sua execução afeta aos órgãos responsáveis pela realização das ações e os respectivos coordenadores, não estando os mesmos subordinados hierarquicamente ao gerente do Programa. Entretanto, os órgãos de direção geral e setorial do Comando da Aeronáutica estabelecem planos de ação, planos de avaliação, organização para o trabalho, forma de repasse de recursos, forma de controle e acompanhamento do desempenho, de modo que a realização das ações está incorporada no cumprimento da missão de cada organização responsável. A estrutura administrativa na qual o Programa está inserido é compartilhada com todos os programas sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica. Esta estrutura ocupa os diferentes níveis organizacionais e situa-se em locais físicos dispersos por todo o território nacional. Os sistemas de comunicações de dados e de voz do Comando da Aeronáutica permitem a necessária coordenação e o acompanhamento das ações. O aproveitamento de toda a estrutura administrativa e operacional existente no Comando da Aeronáutica foi o aspecto que contribuiu favoravelmente para a implementação das ações e obtenção dos principais resultados do Programa.

Implementação Recursos - como as dotações orçamentárias não são planejadas em conjunto com os órgãos demandantes, fica extremamente difícil avaliar o valor inicial concreto para atender as missões solicitadas.

Equipe gerencial - se o Programa vier a funcionar com dotações concretas e desenvolver atividades sistêmicas, precisará de tecnologia e desenvolvimento para que seja montada uma equipe capaz de desenvolver as suas atividades.

Sistema de informações de apoio gerencial - como todos os programas desenvolvidos no âmbito do Comando da Aeronáutica, este Programa será beneficiado com a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão - SIPG, o qual faz a transposição da metodologia do PPA para a Aeronáutica, orientando o planejamento, a execução e o controle orçamentário nos mesmos parâmetros e critérios dos programas e ações do PPA.

Assistência e Cooperação da Marinha à Sociedade Civil

Resultados

A variação do índice do indicador, no que se refere à contribuição no atendimento à demanda nas comunidades ribeirinhas, foi de 12% (início do PPA) para 10% no final do ano de 2001. Para o final do PPA está planejado um índice de 18%. No ano 2002 a previsão é que ocorra um acréscimo no índice, em relação ao ano de 2001, devido à maior intensidade das Operações de Assistência Hospitalar - ASSHOP na Região Amazônica e de recebimento de recursos, por destaque de crédito, do Ministério da Saúde.

Em 2000 foram realizadas nove operações de assistência hospitalar, empregando os navios de assistência hospitalar Carlos Chagas e Oswaldo Cruz, com atendimento a cerca de 47 mil pessoas, nas regiões do Pantanal Mato-Grossense, no Nordeste e, principalmente, na Região Amazônica, totalizando 25 mil atendimentos médicos, seis mil odontológicos, seis mil exames, dez mil vacinas e 40 cirurgias. Incorporação à Marinha do navio hospitalar Dr. Montenegro.

Em 2001 tiveram início as operações com o navio de assistência hospitalar - Nash Dr. Montenegro, incorporado à Marinha em 2000. Realização de desesseis operações de assistência hospitalar - Asshop, empregando os Nash Carlos Chagas, Oswaldo Cruz e Dr. Montenegro na Região Amazônica. Atendimento a cerca de 40 mil pessoas, sendo 23 mil atendimentos médicos, oito mil odontológicos, 13 mil exames, além de vacinação e palestras proferidas nas diversas regiões do País, principalmente na Amazônia e no Pantanal.

Em 2002 foram realizadas 22 operações de assistência hospitalar - Asshop, empregando os Nash Carlos Chagas, Oswaldo Cruz e Dr. Montenegro. Foram atendidas cerca de 466 localidades e realizadas mais de 129 mil procedimentos de saúde na Região Amazônica. Realização de operações de ações cívico sociais - Aciso, em especial na Região do Pantanal e Região Amazônica (as operações atenderam às populações ribeirinhas). Atendimentos médicos, odontológicos, vacinações, exames laboratoriais e procedimentos cirúrgicos, realização de palestras de higiene, doenças sexualmente transmissíveis e planejamento familiar às populações ribeirinhas assistidas.

Com os esforços que a Marinha vem empreendendo para a efetiva realização das Aciso e Asshop e com os recursos provenientes do Ministério da Saúde para o atendimento às populações ribeirinhas carentes, pode-se considerar como média a expectativa para atendimento do índice previsto ao final do PPA, em 2003 (18%).

Concepção

Caracterização do problema - As populações ribeirinhas, em especial, da Amazônia e do Pantanal, bem como as demais populações situadas em áreas distantes e carentes de infra-estrutura de saúde e assistências, necessitam de atendimento pelas instituições governamentais, rotineiramente ou em campanha de saúde e de defesa civil, como forma de garantir-lhes o direito à cidadania e fazê-las sentir-se integradas à sociedade brasileira, por meio de cooperação da Marinha do Brasil com os demais órgãos públicos da área social dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Gerente:

Cel. Av. Jorge Silva Escobar

Atributos do Programa - O Programa está perfeitamente definido, devendo ser mantido para o PPA 2004-2007 não necessitando de alteração de nenhum de seus atributos.

O Programa é composto por duas ações, com execução assim distribuída:

Comando da Marinha - uma atividade e um projeto:

- Ações cívico sociais – contribuir para a sociedade brasileira na realização de operações de mútua cooperação.

Implementação da ação - o Comando de Operações Navais, em função da programação de exercícios das Forças Navais e dos Distritos Navais, nas regiões litorâneas e ribeirinhas, planeja a execução de ações cívico social em benefício das populações nas áreas onde serão conduzidos os exercícios militares.

Descrição - apoio aos órgãos públicos federais, estaduais e/ou municipais, por meio de operações de defesa civil, de assistência cívico social, de assistência médica e odontológica, de transporte de cargas e passageiros.

- Obtenção e modernização de meios assistenciais – dotar a Marinha do Brasil de meios prontos capacitados para executar ações junto à sociedade.

Implementação da ação - a implementação, no âmbito do Comando da Marinha, é realizada por dois planos internos, obedecendo às diretrizes, normas e procedimentos constantes do Plano Diretor da Marinha.

Descrição - obtenção – por compra ou construção – e modernização, abrangendo os estudos técnicos prévios que se fazem necessários, de navios, helicópteros, viaturas, equipamentos e equipagens empregados em ações de assistência social realizadas pela Marinha do Brasil junto à sociedade civil.

Público-alvo - para o público-alvo o impacto é positivo, visto que, pela envergadura das operações desenvolvidas nas regiões ribeirinhas mais carentes, levando à população as mínimas condições de infra-estrutura de saúde e higiene, o grau de satisfação verificado nessas comunidades pode ser constatado pela forma como os navios são recebidos.

Estratégia de implementação - a implementação é realizada em conformidade com o Sistema do Plano Diretor da Marinha - SPD, a estratégia de execução é implantada por meio de cinco planos internos voltados para prover auxílio às populações carentes.

Implementação

Recursos - O Programa executou nos anos de 2000 e 2001 um total de R\$ 593.733,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 118.780,00.

Em 2002, as despesas relacionadas com a aquisição de medicamentos, combustíveis e contratação de serviços para a manutenção dos navios empregados nas operações Asshop só puderam ser pagas na última semana do mês de dezembro, visto que houve atraso no repasse dos recursos financeiros provenientes do Ministério da Saúde. Entretanto, as metas estabelecidas foram praticamente alcançadas.

Considerando os créditos previstos no orçamento da Marinha do Brasil, não houve prejuízo na execução do Programa. Já em relação aos repasses de créditos provenientes do Ministério da Saúde, estes somente ocorreram em julho, novembro e dezembro. Este atraso obrigou a Marinha a utilizar-se de seus estoques para que as operações não fossem interrompidas, considerando o caráter social envolvido. Entretanto, caso os repasses não tivessem sido recebidos no segundo semestre, a situação não mais poderia ser contornada e as operações seriam canceladas.

Para a execução do Programa, além dos médicos, dentistas e enfermeiros lotados nos navios, existe a necessidade de deslocamento de mais profissionais existentes em outros setores da MB, desguarnecendo suas funções originais.

Satisfação do público alvo - A Marinha utiliza-se da mídia para avaliar a satisfação do público-alvo.

Assistência e Cooperação do Exército à Sociedade Civil

Resultados

A variação do índice do indicador (grau de atendimento à demanda de cooperação) foi inferior em relação ao índice previsto, em virtude dos seguintes fatores: encerramento da ação Ações Cívico-Sociais e contingenciamento atribuído à ação Cooperação com a Construção da Infra-Estrutura.

Ano 2001 - Execução de obras e serviços para implantação do aeroporto internacional de Natal - RN, abrangendo serviços de desmatamento, limpeza e terraplanagem da área; realização de obras e serviços de engenharia, compreendendo, entre outros, estudos, pesquisas, elaboração e alteração de projetos de engenharia, saneamento, edificações, implantação, pavimentação, conservação, restauração e melhorias de ruas, estradas e rodovias de interesse da prefeitura de Santarém - PA, realização de trabalhos de melhoria e pavimentação da rodovia MG-223, no trecho Tupaciguara - entroncamento da rodovia MG-413, na extensão de 29,56 km; execução de obras e serviços de engenharia necessários à construção do aeródromo público da cidade de Pirenópolis - GO, numa extensão de 1.500 m por 30 m de largura; pavimentação asfáltica de 36.000 m² em ruas da cidade de Sorriso - MT, compreendendo os serviços de pintura de ligação, usinagem e execução de concreto betuminoso usinado a quente - CBUQ.

Ano de 2002 - Cooperação com a construção da infra-estrutura: aeroporto de Erechim - RS (concluído); aeroporto de Barreiras - BA (concluído); projeto Caraíbas - PE (concluído); execução da pavimentação da rodovia MG 223; execução do aeroporto internacional de Natal - RN; execução do aeródromo de Pirenópolis - GO; execução da construção e recuperação da rede de água e esgoto em Araguari - MG; execução de obras de infra-estrutura de interesse da prefeitura de Santarém - PA; execução da pavimentação asfáltica em ruas da cidade de Sorriso - MT; e execução da conservação da Rodovia RN-407.

A execução das tarefas pelo Exército está compatível com a quantidade de convênios firmados. Cumpre, porém, ressaltar que as obras de infra-estrutura, normalmente, têm duração de execução superior a um ano e somente apresentarão os resultados físicos em exercícios futuros, variando de acordo com o vulto da obra a ser realizada, com o fluxo de recursos e, até mesmo, com as condições meteorológicas.

Ano de 2003 - Os resultados esperados são: pavimentação da rodovia MG - 223 (em andamento); Aeroporto Internacional de Natal - RN (em andamento); aeródromo de Pirenópolis - GO (em andamento); construção e recuperação da rede de água e esgoto - Araguari - MG (em andamento); execução de obras de infra-estrutura de interesse da prefeitura de Santarém - PA (em andamento); pavimentação asfáltica em ruas da cidade de Sorriso - MT (em andamento); conservação da rodovia RN-407 (em andamento).

Concepção

Caracterização do problema - Necessidade de apoio pelas Forças Armadas aos órgãos públicos estaduais e/ou municipais e outros órgãos não governamentais na assistência às populações carentes, em especial àquelas situadas nas regiões mais longínquas do território nacional, bem como atuar em situações de calamidade pública.

Gerente:

General de Brigada Walter Paulo

Atributos do Programa - Quanto ao seu objetivo se adequaria melhor com um programa único de assistência e cooperação, mediante a gerência do Ministério da Defesa, envolvendo as três Forças Armadas.

A implementação do Programa necessita ser alterada, tendo em vista a necessidade de participação dos órgãos federais, estaduais e municipais, através convênios.

O Programa é composto por uma ação, com a execução assim distribuída:

Comando do Exército - Um projeto:

- Cooperação com construção de infra-estrutura - Capacitar os batalhões de engenharia de construção do Exército por meio do desenvolvimento de operações que impliquem construções de obras de infra-estrutura que venham a cooperar e assistir a sociedade civil em suas necessidades.

Implementação da ação - Implementação por meio de convênios.

Descrição - Cooperação com os diversos órgãos e entidades de governo na realização de assistência à sociedade civil na implantação da infra - estrutura.

O Exército Brasileiro possui vantagens em relação a outros órgãos nas diversas esferas de governo, na execução de ações de defesa civil, assistência social, e construção de infra-estrutura, incluindo-se nesta última a comparação também com a iniciativa privada, pois está presente em todo território nacional, possui pessoal treinado e especializado para atuar em áreas inóspitas e para realização de obras complexas de engenharia.

Público alvo - O Programa estabelece como público alvo a Nação brasileira.

Estratégia de implementação - Centralização no órgão de direção geral e descentralização na delegação de competência para os órgãos setoriais de execução. Parcerias com órgãos de interesses comuns via convênios.

Implementação

Recursos - O Programa executou em 2000 e 2001 um total de R\$ 57.991.894,00. No ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 35.773.811,00.

Capacitação - O Exército Brasileiro tem investido na especialização de pessoal nas áreas de planejamento e gestão, com oferta de cursos na Fundação Getúlio Vargas - FGV, ENAP entre outras. Também vêm ocorrendo nos últimos anos palestras nas diversas escolas militares espalhadas pelo País, elevando de sobremodo a capacitação gerencial nos diversos níveis.

Satisfação do público-alvo - A satisfação do público-alvo é de difícil mensuração devido à dificuldade de dimensioná-lo, na medida em que os ganhos indiretos proporcionados pelas obras realizadas atingem não só a população local, mas toda a região circunvizinha e a população brasileira como um todo.

Calha Norte

Resultados

Face à escassez de recursos, a gerência do Programa formalizou convênios com as prefeituras para realização de pequenas obras e serviços, que embora não fossem suficientes para atender à demanda prevista, pelo menos atendeu às necessidades essenciais, tais como: educação, saúde e saneamento básico de algumas das comunidades carentes dos 74 municípios abrangidos pelo Programa **Calha Norte**.

Diversas obras e serviços, em proveito da qualidade de vida do ser humano da Região da Calha Norte, não foram realizadas em função do contingenciamento de cerca de 1/3 dos recursos aprovados, observado o montante autorizado pelo Congresso Nacional, na LOA, e o montante recebido pelo Programa.

Foram gastos mais de R\$ 2 milhões em obras civis no período de vigência do PPA, com destaque para:

- construção de uma escola, com duas salas de aula, no município de São Sebastião do Uatumã-AM;
- eletrificação rural no distrito de Santana, no município de São Sebastião do Uatumã-AM;
- construção da Estação Hidroviária de Cargas e Passageiros em Monte Alegre/PA;
- construção de uma creche, com capacidade para 70 crianças, no município de Boa Vista-RR;
- construção da Estação Rodoviária no município de Rorainópolis-RR;
- obras de infra-estrutura e abastecimento de água na comunidade de Boiaçu, em Rorainópolis-RR;
- iluminação pública no município de São João da Baliza-RR;
- construção de uma ponte de madeira na Vila Água Fria, no município de Uiramutã-RR;
- construção de um posto médico na Vila Água Fria, no município de Uiramutã-RR;
- construção de uma ponte de madeira na Vila Flechal, no município de Uiramutã-RR;
- obras de infra-estrutura básica na Vila Mutum, no município de Uiramutã-RR; e
- construção de uma escola, com duas salas de aula, no município de Iracema-RR.

Em relação às obras militares, foram destinados mais de R\$ 33 milhões, sendo importante destacar:

- construção da 2ª Companhia de Fuzileiros do 3º Batalhão de Infantaria de Selva;
- construção do pavilhão da 2ª Companhia de Fuzileiros do 7º Batalhão de Infantaria de Selva;
- construção do terminal de Passageiros da Base Aérea de Boa Vista-RR;
- reconformação de taludes, contenção de erosões, instalações esportivas e infra-estrutura do 4º Esquadrão de Aviação do Exército;

Gerente:

Roberto de Paula Avelino

- construção das instalações do Centro de Operações do Comando Militar da Amazônia;
- conservação da BR 307 e construção de três pontes entre São Gabriel da Cachoeira e Cucuí-AM;
- implantação e construção de estrada em São Gabriel da Cachoeira/AM;
- implantação de pelotão e construção de pequena central hidrelétrica em Pari-Cachoeira-AM;
- construção da lavanderia, fornecimento de equipamentos e reestruturação da rede elétrica em Tabatinga-AM;
- recuperação do Auditório Amazônia Régia em Tabatinga-AM;
- implantação e construção do pelotão em Tunuí-Cachoeira-AM;
- reforma e ampliação da Companhia de Comando e Apoio, da 2ª Companhia de Fuzileiros e do Pavilhão da Garagem, em Manaus-AM;
- construção de dois paióis CV3 e ampliação da Área de Expedição de Munições, em Rio Preto da Eva-AM;
- construção de seis Próprios Nacionais Residenciais - PNR, em Ipiranga-AM;
- implantação e construção do porto, em São Gabriel da Cachoeira-AM;
- reestruturação integrada da Estação Naval do Rio Negro para o apoio às embarcações da Região da Calha Norte, em Manaus-AM;
- Obras e equipamentos para aumentar a produção de brita, em Moura-AM;
- implantação de aquartelamento para Pelotão de Fuzileiros Navais de Tabatinga e construção de Próprios Nacionais Residenciais - PNR, em Tabatinga-AM;
- implantação de infra-estrutura e hangar, em São Gabriel da Cachoeira-AM;
- construção do prédio do Comando, subestação e rede telefônica, refeitórios, alojamentos e sala de estudo, na Ilha de São Vicente, Manaus-AM;
- obras de infra-estrutura aeroportuária e logística, pavimentação e construção de organizações militares, em Tefé-AM;
- construção do aquartelamento da 2ª Companhia de Fuzileiros, em Macapá-AP;
- implantação e construção do pelotão, em Tiriós-PA;
- obras de construção do terminal de passageiros e posto do Correio Aéreo Nacional, em Boa Vista-RR;
- obras de implantação da 3ª Companhia de Fuzileiros, em Boa Vista-RR;
- construção do aquartelamento do 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva e da 1ª Base Logística de Selva, em Boa Vista-RR; e
- implantação e construção de pelotão, em Uiramutã-RR.

.....

A concepção é adequada e, no momento, não há quaisquer mudanças que justifiquem novos rumos a serem seguidos pelo Programa **Calha Norte**.

Concepção

Caracterização do problema - o Programa busca preservar a soberania nacional e a integridade territorial na Região da Calha Norte, além de promover o desenvolvimento regional.

O Programa é composto por dez ações, das quais sete são atividades e três são projetos:

- Apoio aéreo na Região da Calha Norte - é o apoio logístico realizado por meio aéreo (aeronaves da Aeronáutica, Marinha, Exército e, eventualmente, empresas privadas) em proveito das ações do Programa, em apoio às unidades militares instaladas na região e em benefício das comunidades isoladas. Muitas vezes, a utilização do meio aéreo é a única forma eficaz de prestar assistência às populações carentes na Região da Calha Norte. As chamadas "missões de misericórdia" (transporte aéreo de emergência em casos de saúde de extrema gravidade) são realizadas, principalmente pela Força Aérea, em toda a Região Amazônica. Assim, o transporte aéreo na região é de fundamental importância, principalmente pela carência de rodovias e pelo regime de águas dos inúmeros rios, que são navegáveis apenas no período do inverno (chuvas), pois a existência de corredeiras limita a navegação no verão (período de estiagem);
- Apoio às comunidades da Região da Calha Norte - visa prestar apoio diversificado às comunidades carentes, contribuindo para a sua permanência na região e para o desenvolvimento local, evitando o êxodo em busca de melhores condições de vida, com o conseqüente esvaziamento demográfico da área. Para tanto, são desenvolvidas algumas tarefas, como a distribuição de equipamento escolar para as comunidades isoladas, distribuição de material didático, distribuição de material e equipamento básico às comunidades indígenas, além de estudos dos problemas e das demandas da região;
- Manutenção da infra-estrutura instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira da Região da Calha Norte - busca atenuar a deterioração, por ação do clima amazônico, das instalações dos serviços básicos prestados pelas Unidades Militares de Fronteira, a fim de mantê-las em pleno funcionamento, evitando dispendiosas recuperações futuras;
- Manutenção de aeródromos na Região da Calha Norte - os aeródromos situados na região necessitam de manutenção para continuarem operando com segurança, particularmente aqueles situados na faixa de fronteira que atendem as comunidades lá residentes e aos Pelotões Especiais de Fronteira;
- Conservação de rodovias na Região da Calha Norte - a malha rodoviária é muito pequena para a extensão da área. A maior parte das rodovias não é pavimentada e, normalmente, não são beneficiadas com recursos de outros órgãos. A ação realiza a manutenção do tráfego nas rodovias da Calha Norte, com prioridade para aquelas construídas com recursos do Programa, como, por exemplo, a BR 307, que faz a ligação entre São Gabriel da Cachoeira e Cucuí, no Amazonas;
- Manutenção de embarcações na Região da Calha Norte - atenua o desgaste das embarcações que são empregadas em prol das ações do Programa, mantendo-as em condições de uso com segurança e evitando aplicação de

maior volume de recursos com recuperações de grande porte. As embarcações provêm a segurança da navegação nos rios da Região da Calha Norte (patrulhamento nos rios, fiscalização das embarcações, orientação às tripulações, formação de práticos em navegação etc.) e, também, são empregadas em trabalhos que beneficiam as comunidades ribeirinhas;

- Manutenção de pequenas centrais elétricas na Região da Calha Norte - evita a interrupção do fornecimento de energia às comunidades beneficiadas, incluindo os Pelotões Especiais de Fronteira, que podem manter em bom nível as suas missões na faixa de fronteira;
- Construção de embarcações para controle e segurança da navegação fluvial na Região da Calha Norte - visa melhorar a infra-estrutura de apoio à navegação e a logística para as unidades militares instaladas e para a população da região, evitando a ocorrência de acidentes com embarcações e inibindo ações ilícitas, além de proporcionar segurança ao tráfego aquaviário na extensa malha fluvial local;
- Implantação da infra-estrutura básica nos municípios mais carentes da Região da Calha Norte - em conjunto com outras ações, procura melhorar as condições de saúde, educação, saneamento básico, transporte, energia e comunicações das comunidades mais carentes da região, proporcionado melhoria da qualidade de vida; e
- Implantação de unidades militares na Região da Calha Norte - busca aumentar o poder do Estado Brasileiro na região, de forma direta, de forma a preservar a soberania nacional, inibir a proliferação de ações ilícitas e servir de núcleo de colonização e de apoio às comunidades carentes da área.

Estratégia de Implementação - A implementação do Programa **Calha Norte** foi bastante facilitada pelo atual modelo de gestão de programas. Entretanto, no período de 2000-2002, a gerência do programa teve algumas dificuldades para implementar suas ações e metas por razões diversas, entre as quais cabe destacar:

- o Programa **Calha Norte** - PCN mudou de administração mais de três vezes, o que causou dificuldades em alguns momentos decisórios, principalmente naqueles em que havia a necessidade de pleitear recursos para o Programa;
- o PCN foi vinculado ao Ministério da Defesa sem uma definição específica de seu emprego. O elevado número de agentes de nível hierárquico superior, porém sem qualquer vínculo de responsabilidade fiscal, patrimonial, ou administrativa perante o PPA, torna a administração do gerente, por vezes, extremamente difícil, pois é o único que tem todas essas responsabilidades citadas anteriormente;
- o desconhecimento prévio do montante de recursos a serem destinados ao Programa **Calha Norte**. Embora seja um programa importante para o desenvolvimento regional, os recursos não são destinados diretamente ao Programa, os mesmos são repassados pelo Ministério da Defesa, que nem sempre tem o PCN como prioridade; e
- em virtude de o PCN não ser unidade orçamentária, não possui Plano de Apoio Administrativo, tendo por vezes prejudicado seu planejamento em virtude de não ter recebido previamente seus recursos. Embora seja apresentada uma pré-proposta desse plano, o mesmo não tem seus recursos canalizados para o Programa, ficando a critério do Ministério da Defesa o repasse ou não.

Implementação

Recursos - Diante de um quadro de restrições orçamentárias e do agravamento de certas tendências que se verificam no contexto sócio econômico, o Programa passou por uma fase de remodelação institucional e metodológica, buscando, também, a recomposição de seu financiamento.

Parcerias - Tornou-se imprescindível e necessária a formação de novas parcerias com entidades públicas, nos diversos âmbitos, e privadas, tendo em vista a continuidade das ações do Programa dentro de uma ótica de planejamento participativo.

Com o objetivo de avaliar a eficácia dessa nova metodologia, decidiu-se eleger um Estado, a cada ano, como alvo das ações passíveis de serem empreendidas pelos diversos órgãos e instituições que atuam na região do Programa.

Para tal, o PCN contratou a FGV que, por intermédio do Instituto Superior de Administração e Economia - ISAE está realizando um excelente trabalho com o objetivo de otimizar os recursos financeiros e humanos a serem aplicados na região. Esse trabalho chama-se "Subsídios para uma Estratégia de Desenvolvimento da Amazônia Setentrional". Além desse trabalho, o ISAE também confeccionou outros trabalhos abaixo relacionados:

- Plano estratégico para o desenvolvimento regional do Alto Solimões;
- Plano de desenvolvimento local integrado e sustentável dos sete municípios da região do Alto Solimões;
- Plano estratégico para o desenvolvimento regional do Estado de Roraima;
- Plano de desenvolvimento local integrado e sustentável dos quinze municípios do Estado de Roraima; e
- está previsto o mesmo trabalho para os Estados do Amazonas, do Amapá e do Pará.

Controle de Armamentos, Munições e Explosivos

Resultados O índice do indicador (taxa de controle de armamentos, munições e explosivos) tem demonstrado que o Programa no ano de 2000 alcançou 95,26% das metas físicas, no ano de 2001 elevou para 98,68% de realização. Para o ano de 2002, até setembro, alcançou 89,97% do planejado.

Ano 2001 - Destruição de 180 mil armas; realização de aproximadamente 394 mil atividades de fiscalização, superando em 12% a meta prevista; realização de 307 processos administrativos; realização de 4.090 vistorias; e manutenção de registros de 28.565 pessoas físicas e jurídicas.

Ano 2002 - A meta física estabelecida de realizar 400 mil atividades de fiscalização foi superada, tendo sido realizadas 504.075 atividades, o que representa 27,7% acima do previsto.

Concepção Caracterização do problema - A atribuição dada ao Exército de controlar a fabricação, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, armazenamento, tráfego e comércio de armamentos, explosivos, munições e outros produtos perigosos, como forma de auxiliar na segurança física da população e do patrimônio nacional, através do Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000.

O Programa é composto por uma ação, com a execução assim distribuída:

- Comando do Exército - uma atividade:
- Fiscalização de produtos controlados - controlar a produção, armazenamento, circulação e destinação de armamentos, munições e explosivos.

Descrição - Fiscalização do porte, comércio e tráfego de armamentos, munições e explosivos no território nacional.

A ação Fiscalização de Produtos Controlados gera renda proveniente da taxa de fiscalização, cobrada pelos diversos serviços prestados pelo Exército. Em 2000, foi arrecadado R\$ 1.796.776,90, em 2001, foi de R\$ 2.296.579,38 e 2002 atingiu R\$ 2.932.529,04. Restrição - O contingenciamento de recursos ocorrido no ano de 2002 repercutiu negativamente na ação Fiscalização de Produtos Controlados, paralisando a atividade de fiscalização, mesmo com retomada do fluxo de recursos não foi possível recuperar o que deixou de ser realizado.

Público-alvo - No Programa **Controle de Armamentos, Munições e Explosivos** o público-alvo são os comerciantes e transportadores de produtos controlados pelo Exército.

Estratégia de implementação - As ações são executadas pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados - DFPC, com o acompanhamento do Departamento de Material Bélico do Exército Brasileiro - DMB.

Implementação Recursos - O Programa executou nos anos de 2000 e 2001 um total de R\$ 2.884.697,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 1.5 milhão.

Gerente:

General de Brigada
José Rosalvo Leitão de Almeida

Parcerias - O Exército desenvolve trabalhos de fiscalização por intermédio da rede de fiscalização composta por 380 organizações militares, distribuídas em todo território nacional.

Na execução do Programa o Exército tem como parceiros, o Departamento de

Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, secretarias de Segurança Pública, Receita Federal e Departamento de Operações de Comércio Exterior - Decex.

A interação com esses parceiros tem sido eficiente e contribuído decisivamente para consecução do objetivo do Programa. No caso da Receita Federal, em particular, alguns entraves dificultam a ação em conjunto, em virtude do sigilo ao qual a mesma está obrigada. No sentido de solucionar essa dificuldade, o Exército está estudando uma forma de estabelecer um protocolo de troca de informações com aquele órgão, uma vez que uma pessoa física ou jurídica que eventualmente cometa uma infração detectada pela rede de fiscalização do Exército, muitas vezes está também cometendo infração na área fiscal.

Satisfação do público-alvo - A Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, que é gestora do Programa, tem implementado pesquisa de opinião ao público-alvo, obtendo resultados que indicam um índice de satisfação entre muito bom e excelente. Este resultado reflete o grau de confiança conquistado pelo Programa ao longo de sua execução.

Desenvolvimento da Aviação Civil

Resultados O indicador Grau de Acompanhamentos dos Aeronautas Registrados estabelece a relação percentual entre o número de aeronautas acompanhados e controlados e o total de aeronautas registrados, com índice inicialmente estabelecido de 3,75%. O índice alcançado em 2000 foi de 6,0% e, em 2001, foi de 6,5%. O índice alcançado em 2002 foi de 6,5%.

O indicador Grau de Aprovação de Empresas Fiscalizadas estabelece a relação percentual entre o número de empresas fiscalizadas e aprovadas e o total de empresas do Sistema de Aviação Civil com índice inicial do PPA fixado em 14,67%. Os índices obtidos em 2000 e 2001 foram, respectivamente 50% e 55%. O índice obtido em 2002 foi de 55%.

O Programa alcançou, nos exercícios de 2000 e 2001, os resultados esperados para o período, elevando o indicador do mesmo a índices acima do previsto. Ao considerar o ritmo da implantação e execução do aludido Programa, existe uma expectativa elevada de que ele não venha a atingir o índice previsto para 2003, em decorrência das restrições orçamentárias vigentes.

As principais realizações no período foram:

- superação das metas previstas para a Ação Formação de Inspectores e Técnicos;
- elevação nas regularizações/registros de aeroportos, equipamentos e empresas referente à Ação Fiscalização de Aeroportos, Empresas, Equipamentos, Instalações, Documentação e Procedimentos da Infra-Estrutura Aeronáutica;
- elevação nas regularizações/registros de pessoas, equipamentos e empresas referente à Ação Homologação, Registro e Controle de Empresas, Equipamentos, Instalações, Documentação e Procedimentos da Infra-estrutura Aeronáutica;
- formação de inspetores e técnicos de aviação civil em mais de noventa cursos;
- homologação, registro e controle de empresas, equipamentos e pessoal especializado; e
- fiscalização de aeroportos, empresas, equipamentos, instalações, documentações e procedimentos de Infra-Estrutura Aeronáutica.

Restrições - Não obstante os problemas nas ações Aquisição de Aeronaves e Simuladores e Suplementação Tarifária, foi possível adequar a execução orçamentária ao fluxo de recursos financeiros programado. Os cortes na Ação Suplementação Tarifária, entretanto, provocaram a suspensão da execução financeira durante o segundo semestre de 2001, o que levou ao não cumprimento de seu papel social e de integração territorial das regiões Norte e Nordeste, carentes de infra-estrutura, nas quais o avião é o principal e, às vezes, o único meio de transporte.

Além disso, as empresas operadoras experimentaram prejuízos na operação dessas linhas. Se essa situação perdurar, as linhas poderão até ser interrompidas, prejudicando os usuários de algumas localidades, onde a aviação é a única ligação. Vislumbra-se, portanto, a necessidade de se ampliar o limite de recursos orçamentários e financeiros destinados ao Sistema de Aviação Civil, dado o crescente número de encargos decorrentes do Programa. Ações como Fiscalização de Aeroportos e Sistema de Informações certamente necessitarão de um acréscimo significativo para efetivação de suas atividades em 2003.

Gerente:

**Brigadeiro-do-Ar
Cleilson Nicácio Silva**

Concepção

Da forma como foi elaborado no conjunto de ações do PPA e quanto às metas que foram atribuídas, o desenho atual está adequado ao atendimento da demanda que deu origem ao Programa.

Caracterização do Problema - Necessidade de realizar o transporte aéreo de pessoas e cargas, dentro e fora do território nacional, buscando promover um serviço de qualidade através do aperfeiçoamento dos instrumentos de regulação, fiscalização e controle da Aviação Civil.

O Programa objetiva garantir a qualidade no transporte aéreo e, a partir de um elenco de atribuições que o Departamento de Aviação Civil já gerenciava há anos, ele veio atender à demanda por mais qualidade no Sistema de Aviação Civil.

É neste Programa que são executados o planejamento, a organização, o comando, a coordenação, o controle e a avaliação das atividades relacionadas com a aviação civil no Brasil. As ações nele contidas têm caráter sistêmico e sinérgico, fazendo com que os resultados sejam produzidos sob os pilares da eficiência e da eficácia organizacionais, buscando a plena satisfação das demandas da sociedade.

O Programa é composto por nove ações, sendo sete atividades e dois projetos:

- apoio a aeroclubes e Escolas de Aviação;
- avaliação médica para o Sistema de Aviação Civil;
- fiscalização de aeroportos, empresas, equipamentos, instalações, a documentação e procedimentos de infra-estrutura aeronáutica;
- formação de inspetores e técnicos de Aviação Civil;
- homologação, registro e controle de empresas, equipamentos e pessoal especializado;
- sistemas de informações para controle da Aviação Civil;
- suplementação tarifária à Aviação Civil;
- aquisição de aeronaves e simuladores para atendimento aos aeroclubes; e
- construção e reforma de instalações para o Sistema de Aviação Civil.

Estratégia de implementação - Este Programa tem sua execução afeta aos órgãos responsáveis pela realização das ações, e os respectivos coordenadores, não estando os mesmos subordinados hierarquicamente ao gerente do programa. Entretanto, os órgãos de direção geral e setorial da Aeronáutica estabelecem planos de ação, planos de avaliação, organização para o trabalho, forma de repasse de recursos, forma de controle e acompanhamento do desempenho, de modo que a realização das ações está incorporada ao cumprimento da missão de cada organização responsável. A estrutura administrativa na qual o Programa está inserido é compartilhada com todos os demais programas sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica. Esta estrutura ocupa os seus diferentes níveis organizacionais e situa-se em locais físicos dispersos por todo o território nacional. O aproveitamento da estrutura administrativa e operacional existente na Aeronáutica contribuiu decisivamente para a implementação das ações e para a obtenção dos resultados finais atingidos pelo Programa, no período 2000-2002. O Programa dispõe de uma boa infra-estrutura para sua execução, seja por conta dos recursos materiais seja por conta dos recursos humanos. Todavia, o número de pessoas trabalhando na gerência do Programa é insuficiente.

Quanto à formação técnico-profissional, o Departamento de Aviação Civil - DAC adquire aeronaves e simuladores destinados à formação de pilotos civis, promove assistência financeira aos aeroclubes e escolas de aviação civil e investe na formação de inspetores e técnicos de aviação civil, para atuarem como vetores de controle de qualidade do sistema.

Em referência à construção, reforma e/ou ampliação de imóveis e instalações do sistema de aviação civil, o DAC é o órgão central do sistema e é da sua responsabilidade manter, conservar e construir os imóveis e instalações necessárias ao funcionamento das atividades relativas à aviação civil.

No tocante à fiscalização e controle dos integrantes do sistema, o DAC tem por atribuição efetuar os registros, conceder homologações e realizar as fiscalizações afetas aos aeroportos, empresas, aeronaves e equipamentos. Realiza ainda a avaliação e controle do pessoal diretamente ligado à atividade aérea (aeronavegantes).

Em relação à avaliação médica dos aeronavegantes, o DAC coordena e controla os exames periódicos e as avaliações médicas regulamentares dos tripulantes vinculados ao sistema. Tais exames e avaliações são realizados nas organizações hospitalares da Aeronáutica.

Quanto à suplementação tarifária, toda a aviação de terceiro nível que opera na Amazônia Legal, nos trechos previamente delineados pela Portaria nº 101/GC-5, de 2000, do Comando da Aeronáutica, é beneficiada com essa suplementação.

Indicadores - Os indicadores inicialmente previstos não mensuraram adequadamente o desenvolvimento da aviação civil. Não se pode deixar de levar em conta os índices de segurança de vôo quando se fala em desenvolvimento da aviação civil, especialmente quando a sociedade questiona a segurança da aviação. Assim, sugere-se a utilização do indicador Índice de Segurança de Vôo, que será calculado com base em variáveis internacionalmente aceitas, segundo orientações da Organização de Aviação Civil - OACI, em seu Anexo 13 à Convenção de Chicago, cujo índice será igual ao número de acidentes, dividido por milhão de decolagens no ano considerado, esperando-se que esse índice seja mantido em valor inferior a 1,06. Ao final do PPA 2000-2003 este índice deverá ser mantido no mesmo patamar, visto que ele se refere a uma estatística de acidente, e não é cumulativo, possuindo um valor considerado dentro de uma faixa ótima de segurança de vôo.

Implementação

Recursos - Os contingenciamentos orçamentários e financeiros impostos pelo Governo, no corrente exercício, impediram o DAC de cumprir suas atribuições no nível correspondente às tarifas pagas pelos usuários da aviação civil.

Para o ano de 2003, essas dificuldades tendem a crescer, visto que os limites impostos são incompatíveis com os serviços a serem prestados e com a arrecadação do Sistema de Aviação Civil.

Apesar disso, a aviação civil brasileira apresenta prognósticos animadores para o próximo ano. O DAC deverá enfrentar as demandas crescentes para garantir um serviço de qualidade acessível a uma parcela cada vez maior da população brasileira. Grande será o esforço para manter em elevado nível a segurança do vôo da nossa aviação, reconhecido e formalizado pela categorização atribuída ao país pelas autoridades civis aeronáuticas internacionais.

Satisfação do público-alvo - Devido à característica e à dimensão do público-alvo do Programa, ou seja, os próprios usuários do sistema, a participação da sociedade tem ocorrido por meio da utilização efetiva dos serviços prestados pela aviação civil brasileira. No período considerado, não foi realizada pesquisa sobre a satisfação do usuário, por falta de recursos orçamentários para tal.

Sistema de informações de apoio gerencial - A administração da Aeronáutica detém a necessária coordenação e o acompanhamento das ações, através do seu Estado-Maior, e o Comando da Aeronáutica está implantando o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão - SIPG, que possibilitará a captação de dados gerenciais de forma padronizada e abrangente, atingindo todas as unidades que compõem a sua estrutura organizacional. O objetivo deste sistema é incrementar a qualidade, homogeneizar o tratamento e tornar confiável e tempestivo o acesso às informações gerenciais administrativas, logísticas, orçamentárias, financeiras e operacionais, visando à eficácia na aplicação e no controle dos seus recursos humanos, materiais e financeiros. O referido sistema deverá estar disponível no início de 2003.

Desenvolvimento da Infra-estrutura Aeroportuária

Resultados O objetivo do Programa é aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileiro elevando, até o final do PPA 2000-2003, o grau de desenvolvimento da infra-estrutura aeroportuária de 78% para 91% e o nível de utilização da capacidade dos aeroportos de grande porte de 41% para 53%, tendo como público-alvo os utilizadores do sistema aeroportuário nacional.

A expansão e a modernização dos aeroportos sob administração da Infraero, mediante aplicação de recursos próprios e recursos oriundos de parcerias com governos estaduais, municipais e federais têm por suporte outras quatorze ações de construção, modernização, reforma e ampliação de aeroportos incluídas no Programa. Neste contexto, destacam-se as seguintes obras:

- construção do novo aeroporto de Palmas-TO, inaugurado em 05 de outubro de 2001;
- construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, inaugurado em 19 de outubro de 2001;
- reforma e modernização do terminal de passageiros, edifício garagem, terminal de cargas, pátio de aeronave e ampliação da pista de taxiamento de aeronaves do aeroporto de Salvador-BA, inaugurado em 02 de setembro de 2002;
- reforma e modernização do terminal de passageiros, edifício garagem, terminal de cargas, pátio de aeronave, e ampliação da pista de taxiamento de aeronaves do aeroporto de Recife-PE, com previsão de conclusão em 2003;
- a reforma e modernização do terminal de passageiros, pátio de aeronave e ampliação da pista de taxiamento de aeronaves do aeroporto de Porto Velho-RO, a ser inaugurado até 15 de dezembro de 2002;
- a reforma e modernização do aeroporto de Maceió; e
- a ampliação do aeroporto de Brasília.

Os aeroportos de interesse estadual são contemplados com recursos provenientes do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos - Profaa, através das ações Construção de Aeroportos de Interesse Estadual e Reforma e ampliação de Aeroportos de Interesse Estadual. As obras são realizadas por meio de convênio entre a União, representada pelo Departamento de Aviação Civil - DAC, e o Estado interessado. Foram celebrados convênios para a realização de obras nos aeroportos de:

- Arapiraca, em Alagoas;
- Amapá, no Amapá;
- Barreiras, na Bahia;
- Juazeiro do Norte e Taboá, no Ceará;
- Quirinópolis, em Goiás;
- Barreirinhas, no Maranhão;
- Poços de Caldas, em Minas Gerais;
- Bonito e Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul;
- Rondonópolis e Pontes de Lacerda, em Mato Grosso;
- Paragominas, no Pará;

Gerente:

**Cel Eng Antonio Jorge Nogueira
Corrêa da Silva**

- Guariba, na Paraíba;
- Araripina e Serra Talhada, em Pernambuco;
- Bom Jesus, no Piauí;
- Angra dos Reis e Resende, no Rio de Janeiro;
- Cacoal, em Rondônia;
- São Luiz do Anauá, em Roraima;
- Caxias do Sul, Erechim, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Rosa e Vacaria, no Rio Grande do Sul;
- Caçador, Chapecó, Criciúma, Curitibanos e Joaçaba, em Santa Catarina;
- Bauru e Jundiaí, em São Paulo; e
- Araguacema e Araguatins, em Tocantins.

Dentro da ação Implantação de Módulos de Combate a Incêndio, a Diretoria de Engenharia da Aeronáutica - Direng adquiriu 22 carros contra-incêndio do Tipo AP-2, com capacidade para sessenta litros de água e sessenta carros contra-incêndio do tipo AC-2, com capacidade para setecentos litros de água.

Na ação Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional, a Diretoria de Engenharia da Aeronáutica - Direng, está realizando obras nos seguintes aeroportos:

- Academia da Força Aérea, em Pirassununga, São Paulo;
- Almenara, Lagoa Santa e Varginha, em Minas Gerais;
- Assis Brasil, no Acre;
- BV-8 (Marco Brasil-Venezuela), Caracaraí, Auaris e Surucucu, em Roraima;
- Base Aérea de Anápolis, em Goiás;
- Base Aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul;
- Base Aérea de Porto Velho e Ji-Paraná, em Rondônia;
- Carolina, no Maranhão;
- Eirunepé, Ipiranga, Tefé, Tiriós, São Gabriel da Cachoeira, Cucuí, Yauretê e Tabatinga, no Amazonas; e
- Jacareacanga e Oiapoque, no Pará.

Estas obras, além de estabelecer opções de acesso de aeronaves civis e militares na Região Amazônica Legal, como fator de integração, desenvolvimento e de defesa nacional, atendem a objetivos de outros programas do Governo, como o Projeto Calha Norte e o Projeto Sivam.

.....
Caracterização do problema - O Programa Desenvolvimento da Infra-estrutura Aeroportuária nasceu da necessidade da construção e manutenção da rede aeroviária nacional. Para atingir este objetivo, o Programa articula um conjunto de 21 ações que agrupam projetos e atividades desenvolvidas nos aeródromos e aeroportos de interesse nacional e estadual.

Concepção

A manutenção e o reaparelhamento dos 67 aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - Infraero, empresa pública vinculada ao Ministério da Defesa, são suportado pelas ações Manutenção da Infra-estrutura Aeroportuária e Reaparelhamento da Infra-estrutura

Aeroportuária. As ações Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual e Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual contemplam os estados com recursos oriundos do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos - Profaa.

O Programa é composto por quinze ações, assim distribuídas:

- Comando da Aeronáutica - quatro projetos e uma atividade:
 - Construção de aeroportos e aeródromos de interesse estadual;
 - Implantação de módulos de combate à incêndio;
 - Reforma e ampliação de aeroportos e aeródromos de interesse estadual;
 - Reforma e ampliação de aeroportos e aeródromos de interesse nacional; e
 - Manutenção de aeroportos e aeródromos.
- Infraero - dois projetos, uma atividade e sete ações não-orçamentárias:
 - Modernização da infra-estrutura aeroportuária;
 - Reparelhamento da infra-estrutura aeroportuária;
 - Manutenção da infra-estrutura aeroportuária;
 - Construção de aeroportos de interesse do eixo transnordestino;
 - Reforma e ampliação de aeroportos de interesse da rede sudeste;
 - Reforma e ampliação de aeroportos de interesse do eixo araguaia-tocantins;
 - Reforma e ampliação de aeroportos de interesse do eixo arco norte;
 - Reforma e ampliação de aeroportos de interesse do eixo oeste;
 - Reforma e ampliação de aeroportos de interesse do eixo são francisco; e
 - Reforma e ampliação de aeroportos de interesse do eixo sudoeste.

Estratégia de implementação - A execução é descentralizada para os estados, através de convênio com a União, representada pelo Comando da Aeronáutica. Nesta ação, o atraso por parte dos estados na apresentação da documentação necessária à assinatura dos convênios tem comprometido o cumprimento das metas nos exercícios, provocando restos a pagar. O planejamento é coordenado e consolidado pelo Emaer, visando à aplicação de forma eficiente dos recursos destinados ao desenvolvimento e ao aprimoramento da infra-estrutura aeroportuária do País, em conformidade com a política da Aeronáutica.

No Comando da Aeronáutica, os órgãos responsáveis pela realização das ações, e os respectivos coordenadores não estão subordinados diretamente ao gerente do Programa. Entretanto, os órgãos de direção geral e setorial da Aeronáutica estabelecem planos de ação, planos de avaliação, organização para o trabalho, forma de repasse de recursos, forma de controle e acompanhamento do desempenho, de modo que a realização das ações está incorporada ao cumprimento da missão de cada organização responsável. Há várias unidades que recebem recursos, das quais destacam-se a Diretoria de Engenharia da Aeronáutica - Direng - e a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica - Comara, a grande responsável pela materialização das obras na Região Amazônica Legal.

Vale lembrar que a estrutura administrativa na qual o Programa está inserido é compartilhada com todos os programas sob a responsabilidade da Aeronáutica. Esta estrutura ocupa os seus diferentes níveis organizacionais e situa-se em locais físicos dispersos por todo o território nacional. No entanto, a administração da Aeronáutica detém a necessária coordenação e o acompanhamento das ações e o aproveitamento da estrutura administrativa e operacional existente contribui para a implementação das ações e para a obtenção dos resultados atingidos pelo Programa.

.....
Gerenciamento - O fato dos gerentes e coordenadores no Comando da Aeronáutica não exercerem suas funções com exclusividade para o Programa, uma vez que exercem-na de forma cumulativa com outras funções, e a rotatividade destes, devido às características e necessidades das carreiras militares, são as maiores dificuldades percebidas na implementação do Programa neste Comando, pois requer tempo de adaptação e aprendizagem dos que recebem a função. Para eliminação deste problema, foi estabelecido que os gerentes devem pertencer obrigatoriamente ao Estado Maior da Aeronáutica com sede no prédio do Comando da Aeronáutica, em Brasília-DF. Esta solução tem como objetivo assegurar mais tempo do militar na função, maior centralização no gerenciamento, facilitar o controle e dar agilidade às ações.

Implementação

Sistema de Informações de Apoio Gerencial - A administração da Aeronáutica detém a necessária coordenação e o acompanhamento das ações no âmbito do Estado-Maior da Aeronáutica - Emaer. O Comando da Aeronáutica está implantando o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão - SIPG, que possibilitará a captação de dados gerenciais de forma padronizada e abrangente, atingindo todas as unidades que compõem a sua estrutura organizacional. O objetivo deste sistema é incrementar a qualidade, homogeneizar o tratamento e tornar confiável e tempestivo o acesso às informações gerenciais administrativas, logísticas, orçamentárias, financeiras e operacionais, visando à eficácia na aplicação e no controle dos seus recursos humanos, materiais e financeiros. O referido sistema deverá estar disponível no início de 2003.

Ensino Profissional da Aeronáutica

Resultados

- Realização do Curso de Gestão Administrativa em Nível Estratégico - MBA, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas - FGV, complementar ao Curso de Política e Estratégia Aeroespacial da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica;
- Implantação e recuperação dos recursos materiais de informática para auxílio e desenvolvimento das atividades de Ensino na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica - Eaoar e no Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica - Ciear; e
- Recuperação e modernização da Biblioteca Técnica do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica.

O Departamento de Ensino da Aeronáutica está buscando estabelecer o custo-aluno para as diversas organizações de ensino do Comando da Aeronáutica, especificando o cálculo e o dimensionamento de metas financeiras que venham a corroborar e comprovar o fato histórico de que a dotação para a área de ensino posiciona-se sempre em um patamar abaixo do planejado.

A insuficiência de recursos acarreta queda na qualidade do ensino, degradação dos recursos humanos formados e impossibilita que investimentos sejam efetuados na área de pesquisa. O Comando da Aeronáutica vem, na medida do possível, ao longo dos vários exercícios financeiros, efetuando a complementação com recursos de outras fontes para que a área de Ensino não venha a se degradar. Grande parte das atividades planejadas, para as diversas ações, teve que ser alterada, reduzida ou redimensionada para que se adequasse ao limite orçamentário fixado pela Lei Orçamentária de 2001.

Concepção

Caracterização do problema - Formação e capacitação de recursos humanos e altos estudos necessários à defesa aérea brasileira.

Atributos do Programa - O objetivo do Programa descreve claramente a finalidade do mesmo e as ações que o compõem são suficientes e abrangem os diferentes aspectos do ensino Profissional da Aeronáutica. No entanto, faz-se necessário a modificação do público-alvo para Força Aérea Brasileira, pois o atual contempla os usuários do Programa.

O Programa é composto por nove ações, todas atividades:

- Altos estudos de política estratégica - promoção do ensino de altos estudos militares e da alta administração no âmbito do Comando da Aeronáutica;
- Curso de graduação em Engenharia - formação de oficiais em engenheiros militares;
- Curso de pós-graduação - realização de cursos de pós-graduação nas diversas áreas de ensino relacionadas ao desenvolvimento de estudos, projetos e atividades de interesse militar;
- Ensino preparatório para formação de oficiais - realização de cursos voltados para os ensinos militar e intelectual a fim de preparar a formação de oficiais do Comando da Aeronáutica;

Gerente:

Ten Cel Av Vagner Krüger

-Especialização e aperfeiçoamento de oficiais e civis - dotação, preparação e aperfeiçoamento, de forma contínua, de docentes e discentes do Comando Aéreo de Treinamento, do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, do Instituto de Logística da Aeronáutica e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica;

- Especialização e Aperfeiçoamento de Sargentos e Civis - Preparação e aperfeiçoamento com os meios destinados à investigação e à prevenção de acidentes aeronáuticos militares ou civis, de maneira contínua, de docentes e discentes do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, da Escola de Especialistas da Aeronáutica, do Instituto de Logística da Aeronáutica para o desempenho das atividades sistêmicas da Aeronáutica;
- Formação de Oficiais - Realização de cursos voltados para os ensinamentos militar e intelectual a fim de preparar a formação de oficiais do Comando da Aeronáutica;
- Formação de Sargentos - Realização de cursos voltados para os ensinamentos militar e técnico-profissional a fim de preparar a formação de sargentos do Comando da Aeronáutica;
- Formação e Especialização de Cabos e Soldados - Realização de cursos de formação e de especialização de cabos e soldados nos Comandos Aéreos Regionais.

Estratégia de implementação - Deve-se ressaltar o mérito da estrutura, concepção e implementação do Programa, que foi e tem sido aplicado dentro da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica preexistente, gerando resultados positivos no que se refere ao planejamento das ações de Ensino e ao bom uso dos recursos alocados para esta finalidade.

Este programa tem sua execução afeta aos órgãos responsáveis pela realização das ações, e os respectivos coordenadores, não estando os mesmos subordinados hierarquicamente ao gerente do programa. Entretanto, os órgãos de direção geral e setorial do Comando da Aeronáutica estabelecem planos de ação, planos de avaliação, organização para o trabalho, forma de repasse de recursos, forma de controle e acompanhamento do desempenho, de modo que a realização das ações está incorporada no cumprimento da missão de cada organização responsável. A estrutura administrativa na qual o programa está inserido é compartilhada com todos os programas sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica. Esta estrutura ocupa os diferentes níveis organizacionais e situa-se em locais físicos dispersos por todo o território nacional. Os sistemas de comunicações de dados e de voz do Comando da Aeronáutica permitem a necessária coordenação e o acompanhamento das ações. O aproveitamento de toda a estrutura administrativa e operacional existente no Comando da Aeronáutica foi o aspecto que contribuiu favoravelmente para a implementação das ações e obtenção dos principais resultados do programa.

.....
Execução Orçamentária e Financeira - As Organizações de Ensino do Comando da Aeronáutica, que integram o Programa Ensino Profissional da Aeronáutica, se ressentem nos aspectos estrutural e qualitativo causado pela insuficiência dos créditos alocados no período. Não há aplicação de recursos provenientes de financiamentos externos, sendo a totalidade dos gastos efetuados com dotações constantes do Orçamento Fiscal.

Implementação

Sistema de Informações de Apoio Gerencial - A implementação do modelo de gestão por programas permitiu uma melhor organização da ação setorial, resultando em maior transparência e no desenvolvimento de novas e modernas ferramentas gerenciais. Nesse sentido, o Comando da Aeronáutica está consolidando a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIPG), o qual faz a transposição da metodologia do PPA para a Aeronáutica, orientando o planejamento, a execução e o controle orçamentário, nos mesmos parâmetros e critérios dos programas e ações do PPA.

Satisfação do usuário/beneficiário - Não há mecanismos permanentes de participação da sociedade no programa. A avaliação da satisfação dos seus usuários/beneficiários é feita por meio de relatórios e exposições após o término dos cursos, os quais são utilizados no aperfeiçoamento da execução das ações.

Ensino Profissional da Marinha

Resultados A variação do indicador, no que se refere à taxa de qualificação do pessoal da Marinha, no período ocorreu dentro do esperado, ou seja, próximo de 100%.

Em 2000 foram formados: 3.062 praças por meio das Escolas de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco, Ceará, Espírito Santo e Santa Catarina e dos seus Centros de Instrução; 8.961 aquaviários; 2.353 portuários; 2.431 pessoas para atividades correlatas por meio das Capitânicas dos Portos e de suas Agências; 390 oficiais da Marinha, por meio da Escola Naval e do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk.

Em 2001 foram formados nove pilotos navais de combate em asa fixa (avião); 251 oficiais da Marinha na Escola Naval e Centro de Instrução Wandenkolk, Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval, Centro de Instrução e Adestramento Almirante Átila Monteiro Ache e outras organizações militares; 182 oficiais nos cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia pela Escola de Guerra Naval; 3.591 praças e especialização e aperfeiçoamento de 3.615, nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco, Ceará, Espírito Santo e Santa Catarina, Centros de Formação de Soldados Fuzileiros Navais e Centro de Instrução Almirante Alexandrino.

Em 2002 foram formados 26 pilotos de combate em Asa Fixa (avião) para Força Aeronaval da Marinha do Brasil; 365 oficiais, através da Escola Naval e do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk; especialização e aperfeiçoamento de 356 oficiais no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval, Centro de Instrução e Adestramento Átila Monteiro Ache e outros Centros de Instrução; formação de 188 oficiais nos cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia pela Escola de Guerra Naval; formação de 2.719 praças e Especialização e Aperfeiçoamento de 2.710 outras praças, nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco, Ceará, Espírito Santo e Santa Catarina, bem como nos Centros de Formação de Soldados Fuzileiros Navais e no Centro de Instrução Almirante Alexandrino; formação de cerca de 6.700 aquaviários, 1.800 portuários e de 1.700 pessoas para atividades correlatas por meio das Capitânicas, Agências e Delegacias da Diretoria de Portos e Costas; formação de cerca de 670 oficiais para Marinha Mercante, através do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar e Centro de Instrução Almirante Graça Aranha; Criação de cursos de Adaptação para 2º Oficial de Máquinas, com duração de 1 ano, e de Adaptação para o Oficial de Náutica, com duração de 2 anos; e, implementação do Núcleo de Ensino à Distância (N-EAD) na Diretoria de Ensino da Marinha (DensM), visando ampliar a possibilidade de difusão do conhecimento através dos diversos cursos extra-curriculares oferecidos, com a vantagem de otimizar a utilização de recursos orçamentários.

Concepção Caracterização do problema - As atividades relacionadas ao Poder Naval, seja na área de defesa ou setor marítimo, requerem um fluxo constante de formação e aprimoramento de recursos humanos, como forma de garantia à sua continuidade e desenvolvimento.

Compete à Marinha formar, especializar e aperfeiçoar seu próprio pessoal, bem como, formar ou contribuir para formação e

Gerente:

Vice-Almirante

Kleber Luciano de Assis

aprimoramento do pessoal necessário à execução das marítimas e fluviais, visando sempre a elevação do nível educacional e da capacidade profissional.

O programa é composto por 10 ações, com a execução assim distribuída:

Comando da Marinha - 10 atividades:

- Curso de pós-graduação
- Cursos de altos estudos de política estratégica
- Ensino preparatório para formação de oficiais
- Ensino profissional marítimo de nível médio
- Ensino profissional marítimo de nível superior
- Especialização e aperfeiçoamento de oficiais
- Especialização e aperfeiçoamento de praças
- Formação de oficiais
- Formação de pessoal para as atividades marítimas
- Formação de praças

Os cortes orçamentários durante esses três anos refletiram, negativamente, para as organizações militares dos setores de apoio e operativo, podendo ser constatado pela baixa satisfação pelo produto final. Em 2002, o ensino profissional marítimo foi paralisado por cerca de três meses devido os contingenciamentos, desta forma, comprometendo a segurança da navegação.

Estratégia de implementação - A Marinha executa o programa em conformidade com o Sistema do Plano Diretor - SPD, a estratégia de execução é implantada por meio de 17 planos internos voltados para: pós-graduação e ensino avançado para oficiais; formação e aperfeiçoamento de oficiais e praças da Marinha do Brasil; e formação e aperfeiçoamento de oficiais e praças da Marinha Mercante.

Recursos - O programa nos anos de 2000 e 2001 executou um total de R\$ 81.718.761,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 31.474.871,00.

Implementação

Capacitação - A equipe gerencial do programa, através da realização de cursos na Escola de Administração Pública, está buscando se aperfeiçoar no modelo de gestão por programas.

Parcerias - O programa não tem parcerias, mas existe a possibilidade de ser realizada parceria com o MEC, a fim de serem realizadas ações em conjunto.

Satisfação do público alvo - A satisfação das organizações militares, quanto ao produto final, é mensurado através de inquéritos pedagógicos e dos sistemas de avaliação existentes na Marinha do Brasil. Foram desenvolvidos dois sistemas de avaliação informatizados, Sistema de Avaliação Acadêmica do SEM - SAVSEN e Sistemas de Avaliação de Estágios - SAVEST.

Ensino Profissional do Exército

Resultados O índice do indicador no ano 2000 ficou em 83,84 %, em 2001 o índice obtido foi de 93,20%. Pelas informações obtidas através dos Estabelecimentos de Ensino, a tendência é que o índice de 2002 fique próximo ao ano de 2001. Os índices alcançados têm possibilitado o Exército Brasileiro a suprir a necessidade de pessoal.

Com relação aos indicadores, os resultados obtidos em 2000 e 2001 estão sinalizando que o Programa de Ensino Profissional do Exército deverá superar o índice final do PPA 2000-2003.

Ano 2000 - Melhoria da qualidade do ensino nos 90 estabelecimentos espalhados pelo Brasil, em função do processo de modernização do ensino que o Exército vem desenvolvendo; implantação e desenvolvimento do ensino a distância, permitindo ampliar o número de alunos nos diferentes cursos, com sensível melhora na qualidade; aperfeiçoamento do Sistema Colégio Militar do Brasil tornando mais homogêneo o ensino em nível nacional.

Ano 2001 - Obtenção pelo Instituto Militar de Engenharia do conceito "A" no Exame Nacional de Cursos do Ministério da Educação; implantação dos níveis de pós-graduação nos cursos de Aperfeiçoamento e Altos Estudos Militares; realização dos Estágios de Atualização Pedagógica e Administração Escolar para comandantes e agentes de ensino; implantação do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), à distância; reformulação do sistema de ensino adotado para os cursos do Centro de Estudos de Pessoal - CEP; reformulação da seqüência do ensino de idiomas no Exército; implantação do desenvolvimento e da avaliação dos atributos da área afetiva do Ensino Militar; melhoria da rede de transmissão de dados do Sistema de Ensino.

Ano 2002 - O Departamento de Ensino e Pesquisa aprovou a criação de um novo segmento no Sistema de Ensino a Distância do Exército (SEAD), com a implantação no ano de 2002, do ensino fundamental, em caráter experimental, a partir da 5ª série, em áreas pioneiras ou guarnições isoladas na Amazônia Ocidental. Coube ao Colégio Militar de Manaus através da consolidação do Ensino Fundamental a distância atingir o objetivo de apoiar os militares do Exército na educação de seus dependentes, particularmente no que se refere à Educação Básica.

Implantação do Curso de Especialização em Blindados, realizado no Centro de Instrução de Blindados, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, tem por finalidade aprimorar a mão-de-obra especializada, para atuar nas guarnições dos modernos blindados adquiridos pelo Exército.

Implantação do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), na modalidade de ensino a distancia, para militares em missão no exterior, que estão impossibilitados de realizarem o referido curso de forma presencial

No ano de 2002, a conjuntura econômica provocou reflexos mais fortes no programa, principalmente no que diz respeito a contingenciamentos ocorridos. Ocorreram grandes dificuldades relacionadas com a execução orçamentária que provocaram prejuízos à qualidade do ensino ministrado nos Estabelecimentos de Ensino.

Gerente:

**General de
Divisão Domingos Carlos de Campos**

Apesar das dificuldades relatadas acima, o Departamento de Ensino e Pesquisa vem se empenhando para que o processo de modernização do aprendizado não sofra descontinuidade e para que os Estabelecimentos de Ensino cumpram suas programações.

.....
Caracterização do problema - O Exército Brasileiro tem a necessidade de formar, qualificar e preparar cognitivamente o seu pessoal no desempenho da atividade militar.

Concepção

O programa é composto por 16 ações, com execução assim distribuída:

- Comando do Exército - 16 atividades:

2876 - Aperfeiçoamento de oficiais

2877 - Aperfeiçoamento de sargentos

2685 - Curso de graduação em Engenharia

2774 - Curso de pós-graduação em Engenharia

2055 - Curso de altos estudos de política estratégica

2795 - Ensino fundamental n Fundação Osório

2777 - Ensino fundamental nos Colégios Militares

2778 - Ensino médio na Fundação Osório

2779 - Ensino médio nos Colégios Militares

2509 - Ensino preparatório para formação de oficiais

2780 - Especialização e extensão de oficiais

2921 - Especialização e extensão de sargentos

3137 - Estudos e pesquisas de interesse militar

2514 - Formação de oficiais

2903 - Formação de sargentos

2918 - Habilitação de militares e civis por intermédio de ações de ensino à distância

Mecanismos de levantamento de dados estão sendo aperfeiçoados para melhor identificação dos resultados de algumas ações controladas por outras Unidades do Comando do Exército e que estão sob a responsabilidade do Gerente do Programa do Ensino Profissional do Exército.

Atributos do programa - O programa da maneira como foi idealizado vem atendendo às expectativas com relação ao objetivo, público-alvo e indicadores.

Estratégia de implementação - O objetivo será atingido através da utilização dos diferentes estabelecimento de ensino médio, fundamental, de especialização, extensão, formação, aperfeiçoamento e altos estudos, que por intermédio dos inúmeros cursos oferecido pelo Exército prepara, qualifica e forma segmento da sociedade brasileira para o desempenho dos cargos e funções necessárias ao funcionamento da Força Terrestre.

Implementação

Recursos - O programa executou nos anos de 2000 e 2001 um total de R\$ 24.696.703,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 12.255.811,00.

Capacitação - A equipe gerencial participou de cursos tais como "Avança Brasil - PPA 2000 - 2003", "Programação e Gestão Orçamentária e Financeira", "SIAFI Gerencial" e "SIAFI Gerencial - Aperfeiçoamento". A qualificação obtida pela equipe aprimorou ainda mais o desenvolvimento profissional dos participantes. No ano de 2003 a equipe participará de novos cursos, visando sempre mantê-la atualizada em relação aos procedimentos e normas a serem adotadas nos âmbitos da execução orçamentária e gerenciamento do programa.

Satisfação do público alvo - Os Comandantes das Unidades, que recebem os militares após a conclusão de seus respectivos cursos, avaliam estes militares em seus perfis profissiográficos. Os resultados destas avaliações são utilizados para identificar e aprimorar os pontos julgados necessários.

Os relatórios dos Comandantes das Unidades, que recebem os militares após a conclusão dos cursos, funcionam também como mecanismo de pesquisa de satisfação do usuário.

Parcerias - As parcerias que foram realizadas com Universidades estão apresentando dificuldades no que diz respeito a honrar os compromissos firmados.

Gestão da Política de Defesa Nacional

Implantação dos Centros de Operações do Comando Supremo das Forças Singulares

Resultados

No período 2000-2002 foi instalada a interligação dos Centros de Comando e Controle das Forças Armadas ao Centro de Operações do Comando Supremo, localizado na sede do Ministério da Defesa, em Brasília, e destinado ao exercício do comando e do controle das Forças Armadas pelo Comandante Supremo.

Esse sistema, desenvolvido inteiramente no Brasil, pelo Centro de Análises de Sistemas Navais da Marinha do Brasil é uma prova do acerto das medidas tomadas pelo Governo Federal, ao criar o Ministério da Defesa. Começa a florescer, no âmbito da defesa da Pátria, a conjugação de esforços que leva à economia de recursos, maximizando a eficiência e a eficácia de nossas Instituições Militares.

Complementarmente, busca-se a integração da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional a esse Sistema, para que o Conselho possa dispor, oportunamente, das informações necessárias ao assessoramento direto ao Presidente da República, imenso desafio que vencido, facilitou a realização em julho de 2002 de exercício combinados das três Forças, sob a supervisão do Ministério da Defesa.

Apesar do contínuo processo de redução da disponibilidade orçamentária, entre 2000 e 2002 buscou-se obter um protótipo, partindo-se de um produto em desenvolvimento no âmbito das Forças Armadas, especificamente o Sistema MERCÚRIO da Marinha do Brasil, que propiciasse um ambiente eletrônico para a apresentação de informações oriundas dos centros partícipes do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2). Entretanto, o projeto pouco evoluiu devido à carência de recursos para financiamento das necessidades do mesmo, tendo em vista o custo elevado dos seus componentes. Por outro lado, por se tratar de projeto estruturado dentro de tecnologias de rápida evolução, corre-se o risco de, caso não implantado dentro do prazo previsto (2007), tornar o SISMC2 obsoleto antes mesmo da sua operacionalização, o que acarretaria desperdício de recursos materiais e financeiros.

Sistema de Comunicações Militares Via Satélite - Siscomis

Foi dada continuidade à implantação do Siscomis, que se constitui na base física de telemática do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2), com a implantação de duas novas estações em Natal e Porto Alegre, ampliando, assim, o número de assinantes das Forças Armadas, o que permitiu ao Ministério da Defesa dispor de maior flexibilidade de comunicações.

A rede de assinantes do Siscomis está sendo expandida com a inclusão de ramais em todos os Ministérios, atendendo aos Ministros de Estado, Secretários-Executivos e outras autoridades. Em coordenação com a Anatel, foram substituídos os equipamentos de rádio-enlace do Ministério da Defesa, visando a desocupação das faixas de frequência destinadas às bandas "C", "D" e "E" do Serviço Móvel Privado.

Gerente:

José Fernando Depireux Brasil

Em 2001, foram implantados 2% dos meios de comunicação necessários para o funcionamento completo do sistema, perfazendo um total de 42% do previsto para todo o projeto. Em 2002, devido à falta de recursos para investimento, não houve qualquer evolução desses resultados, conseguindo-se apenas a conclusão das estações de Porto Alegre e Natal, iniciadas em 2001.

Entretanto, o SISCOMIS funcionando desde 1994, necessita de substituição de alguns equipamentos para manter níveis mínimos de operacionalidade.

Sistema de Catalogação Militar - Sismicat

Cinco anos depois de ter assinado um acordo bilateral com a Agência de Manutenção e Suprimento da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), o Brasil conseguiu uma significativa vitória no Sistema de Catalogação daquela organização. O País acaba de ascender ao chamado nível TIER-2 do referido Sistema. Isso, em linguagem técnica, significa estar incluído no seleto time de países detentores do direito de ter seu material de defesa incluído no precioso catálogo da OTAN.

Além de ser o primeiro país latino-americano a gozar dessa prerrogativa, o Brasil é também o terceiro não membro da OTAN, juntamente com Cingapura, (os demais são Austrália e Nova Zelândia) a ter alcançado esse nível, e possuir seu próprio sistema de catalogação nos moldes exigidos por aquela organização.

Com isso, a partir de agora o Brasil poderá, como qualquer país da OTAN, opinar e votar defendendo os interesses nacionais concernentes à defesa e matérias de caráter econômico-financeiro.

Uma das conseqüências imediatas a destacar, resultado da elevação do Brasil ao nível TIER-2, na OTAN, diz respeito à abertura de mercado para as empresas nacionais, de modo geral, e, em particular, para as de material de defesa. Essas firmas passarão a ter seus nomes listados no Catálogo, tornando-se potenciais fornecedoras de itens usados pelos mais de 50 países integrantes do Sistema.

A partir de agora, as Forças Armadas brasileiras poderão racionalizar seus sistemas de aquisições, com conseqüente redução de custos. A catalogação é a ferramenta que permitirá identificar itens comuns às três Forças, podendo ser expandido aos órgãos civis do governo, viabilizando a padronização, nacionalização e centralização das aquisições.

Cursos de Altos Estudos de Política Estratégica

A partir de 2001, iniciou-se a reestruturação da Escola Superior de Guerra (ESG), a partir da revisão curricular de cursos, que foram revistos com o objetivo de formar assessores de alto nível, nos níveis de graduação e pós-graduação.

Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório

No período de 2000 a 2002 foram elaborados estudos para a implantação de um sistema único de alistamento militar. O sistema desenvolvido inteiramente no âmbito das Forças Armadas, com a participação e apoio da Secretaria de Logística e Mobilização, do Ministério da Defesa, deverá ser implementado a partir de 2003, quando se espera o alistamento de cerca de 1,6 milhões de jovens brasileiros.

À exceção da ação Cursos de Altos Estudos de Política Estratégica, as demais ações do programa são essencialmente finalísticas e poderiam estar inseridas em outros programas. Entretanto, o desenho atual dos programas do Ministério da Defesa não contempla programas nos quais essas ações pudessem ser incluídas.

Concepção

O programa é composto 08 (oito) ações, sendo 07 (sete) atividades e 01 (um) projeto:

- Ações de Caráter Sigiloso;
- Alimentação de Pessoal;
- Cursos de Altos Estudos de Política Estratégica;
- Desenvolvimento Científico e Tecnológico para a Defesa Nacional;
- Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório;
- Sistema de Comunicações Militares Via Satélite;
- Sistema Militar de Catalogação; e
- Implantação de Centros de Operações do Comando Supremo e Forças Singulares.

Estratégia de implementação - Com o atual desenho, contemplando ações de grande diversidade de assuntos, não existe condição de organizar procedimentos no âmbito da gerência. Com a proposta de um nova estrutura programática para o Ministério da Defesa o Programa de Gestão da Política de Defesa Nacional deverá contemplar ações para apoiar o processo de planejamento, avaliação e controle dos demais programas da Pasta.

Tendo em vista a inadequação do Programa, sobretudo no que diz respeito às ações que o integram, todos os aspectos relativos à estratégia de implementação deverão ser revistos e aperfeiçoados, ou sejam: a forma de articulação com outras unidades do Ministério, articulação com parcerias, coordenação e acompanhamento de executores, articulação com outros Ministérios, articulação com as partes interessadas, participação do público-alvo, etc.

Recursos - Os valores alocados ao programa têm diminuído no período. Para o exercício de 2000, a dotação (lei+crédito) foi de R\$ 18.996.838, com a liquidação de R\$ 17.547.695, ou seja, cerca de 92,3% da dotação orçamentária. Em 2001, a dotação final foi de R\$ 54.772.913, com a liquidação de R\$ 36.095.071, ou seja, cerca de 65,8% da dotação orçamentária. A elevação da dotação ocorreu em função da ação 6499 - Intensificação da Presença Militar das Áreas de Fronteiras, para fazer face à participação do Ministério da Defesa no Plano Nacional de Segurança Pública, e para a qual foram destinados cerca de R\$ 29,7 milhões e executados R\$ 25,3 milhões. Já no exercício de 2002, a lei destinou R\$ 15.739.595, com a perspectiva de execução de R\$ 9,8 milhões, indicando a execução de 62,2% da dotação orçamentária.

Implementação

Para o exercício de 2003, o Projeto de Lei Orçamentária encaminhado ao Congresso Nacional destina R\$ 14.684.302. Em dados obtidos através do processo de Pré-Proposta Orçamentária do Ministério da Defesa junto às unidades administrativas responsáveis pelos diversos projetos, foi determinado o valor de R\$ 36.809.835 como necessários para a implementação e manutenção

mínimas das ações do programa. Desta forma, o PLO para 2003 contempla apenas 39,8% das necessidades inicialmente apresentadas pelos responsáveis pelas ações.

Restrições - Por se tratar a grande maioria das ações deste programa de projetos e atividades estruturados dentro de tecnologias de rápida evolução, a não alocação de recursos suficientes para as ações deverá inviabilizar todas as atividades de substituição de componentes e tecnologias, correndo-se o risco de tornar todos sistemas e equipamentos obsoletos antes mesmo da sua operacionalização, ou mesmo implicando em manutenção aquém daquela considerada ideal, incorrendo em elevados custos posteriores para eventuais tentativas de recuperação e retomada de posições tecnológicas e, em casos extremos, a desativação de sistemas e equipamentos até então implantados.

O resultado da não alocação adequada de recursos ao programa, e conseqüentemente às suas ações, pode ser constatado no atraso que vem sofrendo a implantação dos Sistemas SISCOMIS e SISMC2. No primeiro caso, o SISCOMIS estaria com sua conclusão prevista para 2007. Entretanto, se mantidos os valores orçamentários históricos, esse projeto somente seria concluído por volta de 2025. Não se considera nesse novo prazo a evolução tecnológica e a reposição de equipamentos e softwares. O SISMC2 tem os mesmos problemas e prazos.

Sistema de Informações de Apoio Gerencial - O Programa precisa instituir um sistema de informações de forma a facilitar a captação dos dados gerados pelos diversos órgãos que integram o programa. Uma alternativa é o cadastramento, no SIGPlan do Coordenador de Ação.

Mobilização para Defesa Nacional

Tendo em vista o Programa ter iniciado suas atividades no corrente ano, e as principais ações ainda não terem sido desencadeadas pela inexistência de respaldo legal, não foi possível, ainda, a obtenção de resultados palpáveis até o momento.

No entanto, das ações empreendidas, pode-se inferir que foi alcançada a meta aproximada de 5% (cinco por cento) da previsão inicial. Tal índice reflete as ações internas no âmbito do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, pelo fato de as mesmas serem integrantes da estrutura deste Ministério.

Foram realizados estudos e trabalhos atinentes à montagem da infra-estrutura do futuro Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB). Desses estudos, resultaram a elaboração e proposta de dois projetos, a criação de um aplicativo informatizado (Banco de Dados SELOM) e a aquisição de uma licença Oracle para suporte do Banco de Dados SELOM. Ambos os projetos encontram-se em licitação, com conclusão prevista para o final do corrente ano. Quando implementados, propiciarão o pleno desenvolvimento dos planejamentos e demais ações ligadas à Mobilização Nacional. No entanto, a condição sine qua non para a implementação desses projetos em âmbito nacional é a de que a Lei de Mobilização Nacional esteja aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República.

Não houve prejuízos de monta aos supracitados projetos, devido ao fato de que o contingenciamento de cerca de 30% estar relacionado com ações a serem desenvolvidas somente após a entrada em vigor da Lei de Mobilização Nacional.

Como se depreende, para o êxito do Programa de Mobilização para a Defesa Nacional, é imprescindível a existência de uma Lei de Mobilização Nacional, que ampare essa atividade e dê o necessário respaldo legal, em todos os segmentos da sociedade brasileira.

Constata-se a existência de repercussões negativas junto ao público-alvo, devido a não consecução da aprovação da Lei de Mobilização Nacional. Todas as reuniões, palestras, contatos formais e informais realizados em âmbito nacional até a presente data, deixaram perante o público-alvo uma expectativa de desenvolvimento, em curto prazo, das atividades de Mobilização Nacional, o que seria possível com uma Lei de Mobilização em vigor.

Determinadas metas previstas no Programa em tela, não podendo ser realizadas por inexistência de amparo legal, ocasionaram a não utilização de recursos financeiros em determinadas áreas de interesse da Mobilização Nacional, o que impediu alguns aspectos de capacitação logística previstos para serem atingidos.

Atributos de Programa - Foram inseridas no presente Programa de Mobilização para a Defesa Nacional, como ações e metas acessórias, diversas atividades de suporte que permitirão, a curto, médio e longo prazos, desde que mantido este Programa, a consecução, em bases realistas e racionais, do planejamento atinente à Defesa Nacional em todos os Campos do Poder Nacional, com a participação de todos os segmentos da Sociedade.

Indicadores - No aspecto da adequação dos indicadores, considera-se que os mesmos estão superestimados para 2002/2003, devido à expectativa de aprovação da Lei de Mobilização Nacional, o que não ocorreu

Resultados

Concepção

Gerente:

José Luiz D'Ávila Fernandes

até a presente data. Em face disso, será necessário reavaliar a meta de 2003, pois com a implementação de dois projetos - criação do Banco de Dados SELOM e aquisição de uma licença Oracle, ainda em 2002/2003 - será possível atingir aproximadamente 10% da meta prevista neste Programa. Além de uma reavaliação dos indicadores, não se vislumbra a necessidade de outras adequações no presente Programa.

Estratégia de implementação - Necessitaremos em curto prazo integrar-nos ao Sistema "e-gov", com a criação, no âmbito da administração do referido Sistema, de um subcomitê para Mobilização Nacional, o qual propiciará a circulação de informações referentes às atividades de Mobilização, entre os Órgãos da Administração federal, informações essas de caráter administrativo-técnico, mesmo antes da aprovação da Lei de Mobilização Nacional. Após a aprovação da supracitada Lei, o Sistema Banco de Dados SELOM realizará as ligações funcionais e técnicas, secundado pelo Sistema "e-gov".

Quando da necessidade de repasse de recursos às Forças Armadas, serão efetivados na forma de provisão. No caso dos demais Ministérios e Órgãos da Administração Pública, serão efetivados convênios, visando à manutenção do Banco de Dados em constante atualização. Com as empresas privadas e outras organizações, não será necessário o estabelecimento de convênios ou outras formas de repasse de recursos, sendo aplicados apenas os dispositivos da Lei de Mobilização (esta, quando aprovada), os quais regulam a relação entre o Governo e as entidades privadas.

Implementação

Recursos - Foram utilizados outros recursos financeiros previstos em Programas de Apoio Administrativo, para apoiar a montagem de parte da infra-estrutura informatizada do futuro SINAMOB (aquisição de equipamentos), bem como aproveitadas determinadas viagens para também efetuar a divulgação e realizar atividades inerentes ao Programa de Mobilização para a Defesa Nacional junto a Órgãos federais, estaduais e municipais, e mesmo empresas e organizações privadas.

Nacionalização do Material Bélico

Ano 2000

Resultados

- Manutenção das atividades da indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), empresa responsável pela execução das ações do programa.

Ano 2001

- Obtenção da Certificação ISO 9002 em Produção e Serviços Associados para Material Bélico Aeroespacial: Foguetes e Munições de Calibres 40 mm a 120mm, e respectivas embalagens;
- Obtenção da Certificação ISO 9002 em Fabricação de Armamento Leve de Emprego Individual: Pistolas e Fuzis (Ramo de Atividade - Código NACE 35-3);
- Exportações de 18.160 pistolas 9mm, 5 fuzis automáticos leves, 750 estopilhas e de 39.013 peças de reposição para pistolas e fuzis;
- Início da construção da Fábrica de Espoleta Elétrica;
- Início da implantação do sistema de saneamento e proteção ambiental na Fábrica Presidente Vargas;
- Aquisição de parte dos equipamentos industriais previstos para 2001.

Ano 2002

- Adequação do Parque Industrial - Realizado 64,81%;
- Aquisição de Equipamentos Industriais - Realizado 58,82%;
- Manutenção da Infra-estrutura Operacional - Previsto 4%, mas realizado 1,72%;
- Modernização da Fábrica de Itajubá, de um total previsto 55,24% foi realizado 5,78%.

As principais dificuldades encontradas na implementação do programa se devem principalmente ao contingenciamento orçamentário e a dificuldade da empresa (IMBEL) em gerar recursos para investimento. Tal fato contribuiu para que o país se torne cada vez mais dependente do material estrangeiro, principalmente no que se relaciona ao Material Bélico de alta tecnologia.

Caracterização do problema - O Exército Brasileiro tem a necessidade de pesquisar, desenvolver e produzir o material bélico correspondente a uma Base Industrial Mínima de Defesa que evite a dependência externa de materiais estratégicos.

Concepção

O programa é composto por 10 ações

- Comando do Exército/IMBEL - 08 projetos, 01 atividade, 01 ação não-orçamentária:
 - Adequação do parque industrial
 - Aquisição de equipamentos industriais
 - Construção da fábrica de pólvora de base simples-60 toneladas/mês
 - Fábrica de espoleta elétrica

Gerente:

José Carlos Albano do Amarante

- Implantação de sistema de proteção ambiental
- Implantação de sistema de saneamento e proteção ambiental na fábrica Presidente Vargas
- Manutenção da infra-estrutura operacional
- Modernização da fábrica de Itajubá (MG)
- Modernização da fábrica de pólvora de base dupla
- Produção de material bélico

Fontes de financiamento - O programa é financiado pelo Orçamento Fiscal, Investimentos de Estatais e recursos não orçamentários.

Público-alvo - O público alvo do programa são as Forças Armadas e as Corporações policiais.

Estratégia de implementação -As Ações são executadas pela empresa estatal Indústria de Material Bélico.

Implementação

Recursos - Nos anos de 2000 e 2001 o programa executou um valor total de R\$ 4.695.558,00 (Investimentos de Estatais). Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 3.100.000,00 (Investimento de Estatais) e R\$ 11.000.000,00 (Recursos não Orçamentários).

A ação "Manutenção da infra-estrutura operacional" desde que devidamente contemplada pelo orçamento, implicará em um aumento da produção nacional de material de emprego militar e manterá as unidades operacionais da IMBEL aptas à produção do material de defesa, cumprindo assim os objetivos propostos no Programa de Nacionalização de Material Bélico e se tornando menos dependente de tecnologia estrangeira.

Restrições - As programações orçamentárias e as metas previstas para 2000-2003 foram comprometidas devido aos constantes contingenciamentos orçamentários e a dificuldade da IMBEL, decorrente de sua fragilidade financeira, em gerar recursos para serem empregados como investimento. Como tentativa de otimizar os poucos recursos obtidos, tomou-se como prioridade, as ações de Adequações do Parque Industrial e Aquisições de Equipamentos Industriais.

Capacitação - No ano de 2001 a equipe gerencial realizou cursos na Escola Nacional de Administração Pública, tal fato se repetiu em 2002, o que contribuiu para a equipe se aprimorar.

Satisfação do Público-alvo - A sociedade é beneficiária indireta do programa, os beneficiários diretos são as Forças Armadas e as Corporações Policiais que utilizam o produto da IMBEL. Não existe uma pesquisa de opinião do usuário, entretanto a satisfação do público alvo pode ser percebida através da melhor qualidade do produto e cumprimento dos contratos.

Operações Militares

- Operação Felino, compromisso internacional assumido no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- Operação Fortaleza - operação combinada para prestar apoio de segurança à XLIII Reunião da Assembléia de Governadores do BID; e
- Operação Tapuru - exercício combinado para proteção da Região Amazônica

Apesar de todas as restrições que sofre, conseqüências da conjuntura econômica atual, o programa apresenta resultados positivos, em maior ou menor nível, em todas as ações que o integram, com reflexos também positivos, em elevado grau, em seu público-alvo, particularizando aqui, as próprias Forças Armadas e o novel Ministério da Defesa, na sua consolidação.

Caracterização do problema - O agravamento da situação em país fronteiro à Amazônia, a persistência da demanda por medidas que possam coibir, senão eliminar, os delitos transnacionais e o tráfico de drogas, a ampliação da abrangência de ações que conduzam à consolidação do Ministério da Defesa como órgão diretor da estrutura militar, em termos operacionais, e a permanência do Brasil, no desempenho de missões de Paz da ONU, justificam a existência do programa.

Atributos do programa - O programa está em processo de consolidação e definição, inclusive no seu objetivo, indicadores, índices e ações constituintes.

O Programa é composto por 03 (três) ações, todas do tipo atividades:

- Intensificação da presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira;
- Missão das Nações Unidas para o Timor; e
- Operações Militares Combinadas ou Conjuntas.

Suficiência e pertinência das ações - A origem do programa se situa não em uma, mas em diversas demandas, todas no campo da segurança nacional, tanto no âmbito nacional, como no internacional e de natureza militar. Isto explica a diversidade das ações que o constituem. Assim, vejamos:

- A demanda por integração das Forças Armadas, em termos operacionais, sob o recém-criado Ministério da Defesa justifica a existência da ação Operações Militares Combinadas ou Conjuntas, que provisiona recursos para a realização do adestramento combinado e permite operações conjuntas;
- A demanda por segurança nas fronteiras, auxiliando no combate ao narcotráfico e aos delitos transnacionais e protegendo o território pátrio, justifica a existência da ação Intensificação da presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira, que contempla recursos para as operações de intensificação da presença do Estado nessas áreas, por intermédio de suas Forças Armadas (FFAA);
- A demanda pela manutenção da presença brasileira na missão da ONU no Timor Leste, justifica a existência da ação Missão das Nações Unidas para o Timor, que supre os gastos com o revezamento desse contingente.

Gerente:

Cel Bruno Augusto Dizioli

Implementação Recursos - A expectativa de execução orçamentária do programa é de 100%.

Satisfação dos usuários/beneficiários - Não há mecanismos permanentes de participação da sociedade no programa. A avaliação da satisfação dos seus usuários/beneficiários é feita por meio de relatórios e exposições após o término das operações, os quais são utilizados no aperfeiçoamento da execução das ações.

Parcerias - Não há previsão de parcerias para este programa. As tarefas existentes são estabelecidas no âmbito do Ministério da Defesa, com a participação dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e dos Órgãos da Administração Direta do próprio Ministério.

PROANTAR

A variação do índice do indicador (taxa de execução das pesquisas programadas) em 2002 está evoluindo conforme o planejado. Apesar do programa sofrer cortes orçamentários, as metas das ações estão sendo alcançadas devido os créditos orçamentários originários do Ministério do Meio Ambiente.

Resultados

Em 2000 - Ampliação da compreensão dos fenômenos que ocorrem no Continente Antártico e suas influências no nosso território (variações climáticas, efeito estufa, buraco de ozônio, etc), aumentando a confiabilidade das previsões meteorológicas brasileiras; conservação e manutenção da Estação Comandante Ferraz para permitir o desenvolvimento dos projetos de pesquisa; aumento do número de projetos de pesquisa relacionados à Operação Antártica.

Em 2001 - Compreensão dos fenômenos que ocorrem no Continente Antártico e suas influências no nosso território (variações climáticas, efeito estufa, buraco de ozônio, etc), aumentando a confiabilidade das previsões meteorológicas brasileiras; conservação e manutenção da Estação Comandante Ferraz para permitir o desenvolvimento dos projetos de pesquisa; monitoramento das variações na massa do gelo para avaliar o impacto do aumento do nível dos oceanos na costa brasileira e suas conseqüências socioeconômicas; coleta de dados meteorológicos na Antártica para estudo sobre a meteorologia da região sub-antártica e sua importância sobre os sistemas climáticos e de circulação que atingem o Brasil; aumento do número de pesquisadores dos projetos de pesquisas participantes da Operação Antártica.

Em 2002 - Implementação dos projetos de pesquisa (houve um aumento significativo de projetos de pesquisas relacionados ao controle ambiental); manutenção da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF); missão de apoio antártico (foram realizadas com pleno sucesso, as oito missões de apoio logístico à EACF).

Caracterização do problema - Os compromissos decorrentes do Tratado da Antártica, do qual o Brasil é signatário, e a necessidade de reconhecer a influência dos fenômenos antárticos sobre as nossas áreas territoriais e marítimas, levaram a Marinha a participar, juntamente com outros órgãos governamentais, universidades e instituições de pesquisas subordinadas à Política Nacional para Assuntos Antárticos, dos trabalhos de exploração científicos e ocupação da Antártica, visando obter informações úteis para outros ramos da atividade nacional, notadamente, na agricultura e na pesca, bem como garantir a presença brasileira nos fóruns de decisão sobre o Continente Antártico.

Concepção

O programa é composto por 3 ações, com a execução assim distribuída:

- Comando da Marinha - 03 atividades:
 - Desenvolvimento de pesquisa na Antártica - Apoiar a execução de pesquisas conjuntas, visando a ampliar os conhecimentos dos fenômenos antárticos e suas influências sobre questões de relevância global e regional.
 - Manutenção da Estação Antártica Comandante Ferraz - Desenvolver atividades científicas brasileiras na região antártica, de forma a garantir a inserção do Brasil como parte consultiva ao Tratado Antártico.
 - Missão Antártica - Manter as atividades científicas brasileiras na Estação Antártica Comandante Ferraz.

Gerente:

**Contra- Almirante
Paulo César Dias de Lima**

Fontes de financiamento - O programa é financiado pelo Orçamento Fiscal.

Estratégia de implementação - A estratégia de implementação está adequada, o programa atua de forma sistêmica, porém descentralizada, com a gerência a cargo do Comando da Marinha e com participação de diversas instituições governamentais, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o CNPq, o Ministério do Meio Ambiente, as Universidades Públicas e Privadas e Fundações.

Público-alvo - O público alvo do programa são a Marinha do Brasil e Comunidade Científica.

Implementação

Recursos - O programa nos anos 2000 e 2001 executou um total de R\$ 5.718.021,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 2.230.284,00.

Parcerias - Foram realizados convênios com instituições públicas e privadas. Destacam-se as instituições: Fundação Universidade de Rio Grande - FURG, Fundação de Apoio a Universidade de Rio Grande - FAURG e Ministério de Minas e Energia, por intermédio da Petrobrás.

Participação da sociedade - A divulgação do programa está sendo realizada através de convites para representantes da sociedade, a fim de conhecerem à Estação Antártica Comandante Ferraz. A satisfação da sociedade é mensurada por meio de reuniões, convites para palestras e exposições.

Capacitação - O Gerente do programa, desde o início do PPA, está buscando o aprimoramento na gestão do programa, através de participação em cursos e palestras promovidos pela SPI/MPOG.

Foram realizados intercâmbios de pesquisadores brasileiros com pesquisadores de outros países, houve, também, a participação em fóruns internacionais.

Proteção ao Vôo e Segurança do Tráfego Aéreo

Resultados

A variação do índice do indicador, no que se refere ao Espaço Aéreo Monitorado, foi de 42,00 (índice inicial do PPA) para 51,00 por cento até o final de 2001. A partir de 2000, o índice vem evoluindo dentro do previsto. Esta evolução deve-se, dentre outros aperfeiçoamentos, à implantação e ao efetivo emprego de três novos sistemas radares instalados na Região Nordeste, bem como à implantação de melhorias variadas no sistema de telecomunicações aeronáuticas. A viabilidade de cumprimento do índice originalmente previsto para o indicador em 2003, quanto ao Espaço Aéreo Monitorado, pode ser considerada alta. Constata-se que a partir do ano 2000 vem ocorrendo, também na Região Amazônica, a implantação gradativa de sistemas de detecção radar e de sistemas de telecomunicações aeronáuticas, o que nos permite antever que o índice previsto será alcançado ao término de 2003.

No que se refere ao Coeficiente de Acidentes Aéreos, em 2000 o índice foi de 5,3 e em 2001 de 5,6. O índice de 2002 vem superando as expectativas em relação aos anos anteriores, sendo até o presente momento de 3,11, o que demonstra que os trabalhos realizados no ano de 2001 estão apresentando resultados. Pode-se observar que o trabalho de prevenção busca uma mudança cultural. Por ser de longo prazo, os resultados se expressarão no futuro.

Na Ação 2683 - Cartografia Aeronáutica, dentro do produto Cartas Produzidas, estão sendo confeccionadas: Carta Aeronáutica Visual; Carta Especial; Carta Cadastral; Conjunto de Navegação; Plano Específico de Zona de Proteção de Aeródromo; e Levantamento de Campo.

O número de acidentes aeronáuticos, no ano de 2002 foi abaixo do esperado. O número de solicitações para palestras e simpósios efetuados por setores da aviação civil e militar é crescente.

Como impacto positivo sobre o público-alvo do Programa pode-se citar que, no período considerado, ocorreu uma significativa melhoria na infra-estrutura de meios utilizados no Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, por meio de múltiplas ações em todo o Território Nacional, contribuindo, dentro das limitações orçamentárias impostas, para a máxima segurança possível das atividades aéreas, civis e militares.

As limitações orçamentárias prejudicaram a implementação do programa no que se refere à capacitação técnica, pois foram cancelados todos os cursos de formação em Segurança de Vôo, deixando-se de entregar à aviação civil e militar 300 profissionais que trabalham com o público-alvo e são o elo do CENIPA com as empresas aéreas da aviação civil e as unidades aéreas da aviação militar.

Concepção

Caracterização do problema - Este programa foi concebido para garantir a proteção ao vôo e a segurança do tráfego no espaço aéreo brasileiro. Está sustentado em ações que visam à implantação, revitalização e ampliação de instalações, sistemas e equipamentos destinados ao monitoramento do espaço aéreo.

Atributos do Programa - O objetivo do programa descreve e caracteriza com clareza a finalidade do mesmo. O público-alvo está bem definido e dimensionado e as ações que o compõem são suficientes e abrangem os diferentes aspectos relacionados às necessidades inerentes ao programa.

Gerente:

Cel Av Bruno Nazário Martins

O programa é composto por 07 ações, com a execução assim distribuída:

Comando da Aeronáutica - 03 (três) atividades e 02 (dois) projetos.

- Cartografia Aeronáutica;
- Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;
- Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB;
- Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro; e
- Revitalização e Modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

INFRAERO - 01 (um) projeto e 01 (uma) atividade.

- Desenvolvimento dos Sistemas de Proteção ao Vôo; e
- Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Vôo.

Fontes de financiamento - O programa recebe recursos dos Orçamentos Fiscal e de Investimento das Estatais, este referente aos valores disponibilizados pela INFRAERO para as Ações Desenvolvimento dos Sistemas de Proteção ao Vôo e Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Vôo.

Público alvo - O público-alvo está bem caracterizado. É constituído pelas empresas aéreas; operadores de aeronaves civis e militares; pilotos civis e militares; unidades aéreas da Força Aérea, Exército e Marinha; e usuários ou assinantes de sistemas, redes ou estações de telecomunicações do Sistema de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica. E todos que estão envolvidos direta e indiretamente com a atividade aérea.

A Segurança de Vôo não engloba apenas o tráfego aéreo, e sim toda e qualquer atividade, desde a decolagem até o pouso de uma aeronave, talvez por este motivo a ação de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos não devesse estar dentro deste Programa. Pois a prevenção ocorre em todas as fases de um vôo, desde o "check" do mecânico da aeronave, passando pelas condições psicológicas e fisiológicas do piloto, condições de vôo até chegar na infra-estrutura aeroportuária que é oferecida para pouso, decolagem e taxiamento da aeronave. Por isso, no universo da segurança de vôo, o tráfego aéreo é apenas uma fase e não o único elemento-alvo da prevenção de acidentes.

Estratégia de implementação - No Comando da Aeronáutica, os órgãos responsáveis pela realização das ações, e os respectivos coordenadores, não estão subordinados diretamente ao gerente do programa. Entretanto, os órgãos de direção geral e setorial da Aeronáutica estabelecem planos de ação, planos de avaliação, organização para o trabalho, forma de repasse de recursos, forma de controle e acompanhamento do desempenho, de modo que a realização das ações está incorporada ao cumprimento da missão de cada organização responsável.

A responsabilidade pelos projetos está a cargo da Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo - CISCEA, enquanto o Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA responde pelas atividades. O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - CENIPA é o responsável pela investigação e prevenção de acidentes e incidentes aeronáuticos, ação não ligada diretamente ao monitoramento do espaço brasileiro. O CENIPA realiza, também, atividades de prevenção visando à segurança de

vôo em todos os seus níveis. O Instituto de Cartografia da Aeronáutica - ICA é responsável pela confecção das cartas de navegação aérea necessárias ao controle do tráfego aéreo brasileiro.

Vale lembrar que a estrutura administrativa na qual o programa está inserido é compartilhada com todos os programas sob a responsabilidade da Aeronáutica. Esta estrutura ocupa os seus diferentes níveis organizacionais e situa-se em locais físicos dispersos por todo o território nacional. No entanto, a administração da Aeronáutica detém a necessária coordenação e o acompanhamento das ações e o aproveitamento da estrutura administrativa e operacional existente contribui para a implementação das ações e para a obtenção dos resultados atingidos pelo programa.

Recursos - No que se refere à Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro; à Revitalização e Modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro; e à Ampliação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, nos exercícios de 2000, 2001 e 2002, os recursos efetivamente liberados foram coerentes com aqueles originalmente previstos no PPA 2000-2003. Quanto ao exercício de 2003, a Proposta de Lei Orçamentária contempla um montante de recursos superior àquele originalmente previsto no PPA 2000-2003.

Implementação

Nas demais ações do programa, os contingenciamentos do orçamento, neste período, exigiram mudanças nas prioridades de alocação de recursos previamente planejados. Entretanto, no PPA vigente, há um incremento com relação ao PPA Lei (1.326.481.201,00 X 1.061.201.276,00).

Satisfação do público-alvo - A credibilidade no transporte aéreo brasileiro junto ao público-alvo está pautada na segurança da aviação civil. A procura pelo CENIPA dos diversos segmentos da aviação civil, visando à formação de elos do Sistema de Proteção ao Vôo - SIPAER, reflete a credibilidade deste Órgão Central perante a coletividade aeronáutica. Entretanto, os cortes orçamentários efetuados pelo governo neste ano causaram impactos negativos difíceis de serem mensurados.

Parcerias - O CENIPA estabeleceu convênios com universidades que possuem o curso de Ciências Aeronáuticas, com vistas a formar alunos em Segurança de Vôo. Esta iniciativa já formou diversos Agentes de Segurança de Vôo, sendo as despesas pagas pelas próprias Universidades.

Participação da sociedade - A sociedade vem demonstrando cada vez mais interesse pela Segurança de Vôo. Escolas do Rio de Janeiro estão fazendo campanhas contra Balões não - Tripulados, que é uma das causas de acidentes aeronáuticos. Reportagens de âmbito nacional sobre o Perigo de colisão com aves e Balões estão sendo realizadas, o que contribui muito para a prevenção de acidentes aeronáuticos. Campanhas publicitárias, tão necessárias para atingir toda a população, não são realizadas por falta de recursos financeiros. Na ótica da CISCEA, no período considerado constatou-se uma forte participação da sociedade, por intermédio da mídia e de entidades de classe, no sentido de exigir a prestação de serviços afetos à Proteção ao Vôo, com a devida segurança e eficiência.

Sistema de Informações de Apoio Gerencial - O Comando da Aeronáutica está consolidando a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIPG), o qual faz a transposição da metodologia do PPA para a Aeronáutica, orientando o planejamento, execução e controle orçamentário nos mesmos parâmetros e critérios dos programas e ações.

Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira

Resultados O indicador "Taxa de Adequação dos Meios Operativos da Aeronáutica" estabelece a relação percentual entre o número de aeronaves, simuladores e viaturas operacionais existentes e a necessidade da Aeronáutica. O índice que corresponde à meta final em 2003 está previsto em 90%. Os valores apurados foram 6,35% em 2000 e 20,25% em 2001. A expectativa para 2002, já ajustada, é da ordem de 63,12%, em função do contingenciamento, que chegou a 34,12% do previsto na LOA.

O Programa também sofreu grave impacto quanto a sua execução devido ao contingenciamento e às restrições de Restos a Pagar no exercício de 2002, o que obrigou a uma revisão dos contratos e compromissos assumidos para o período de 2002 em diante.

Essa projeção, evidentemente, não permite a conservação do índice geral de 90% para o término do PPA 2000-2003. Assim, analisando-se as possibilidades orçamentárias e o comportamento dos principais projetos do Programa, conclui-se que o índice de 90% deve ser restabelecido para um valor situado na faixa de 75% a 80%.

É importante destacar a necessidade de se definir um novo indicador para o programa, pois o atual, além de ser de difícil mensuração, não retrata os resultados alcançados pelo programa de modo a evidenciar a resolução do problema que o gerou.

A assinatura da Diretriz Presidencial, que criou o Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (PFCEAB), em 13 de julho de 2000, só apresentou resultados efetivos ao final de 2001 e durante 2002, a ressaltar:

- assinatura dos contratos de produção de 76 (setenta e seis) aeronaves AL-X;
- início formal da aquisição de dezesseis aeronaves F-5E, junto ao Governo Suíço;
- aquisição de dez aeronaves C-130H, pertencentes à Força Aérea Italiana, iniciada em 2001, tendo sido recebidas 4 (quatro) em 2001, 4 (quatro) em 2002, estando prevista as duas últimas para meados de 2003; e
- decisão do Conselho Nacional de Defesa que, reunido ao final do mês de outubro de 2002, selecionou a empresa espanhola CASA para o fornecimento de doze aeronaves C-295, referentes ao Projeto CL-X (aeronave leve de transporte) e, também, para a prestação dos serviços de modernização de oito aeronaves P-3BR (aeronaves de Patrulha e Guerra Anti-submarino).

Apesar das muitas dificuldades enfrentadas pela Aeronáutica, os resultados obtidos pelo Programa contemplaram o alcance, mesmo que parcial, das principais metas estabelecidas para o período, destacando-se os seguintes resultados:

Gerente:

Cel Marco Aurélio Gonçalves Mendes

-Modernização e Revitalização de Aeronaves - dentro de uma graduação de importância para o objetivo do programa, esta foi a ação de melhor desempenho entre as demais. O produto estabelecido para o ano de 2001 nessa ação foi definido como sendo o de 431 aeronaves

modernizadas ou revitalizadas. Entretanto, este dado não expressa a realidade e nem a intenção planejada pela Aeronáutica para o mesmo período, agravado pelo fato de que não há compatibilidade financeira entre o número de aeronaves a serem modernizadas e o montante de recursos autorizado para tal serviço, no período pretendido. O fato é que o número de 431 unidades referia-se à meta global para o período total do PPA 2000-2003, ou seja, o mesmo seria o resultado dessa ação após a vigência dos quatro exercícios correspondentes a esse PPA.

Após o início da vigência do Avança Brasil, houve necessidade de atualizar-se este planejamento, assim estabeleceu na área logística da Aeronáutica, para o período 2001-2006, que fosse perseguido o seguinte cronograma físico:

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Unidades	20	35	56	124	128	86

Esta previsão, que totaliza 449 aeronaves, acompanha as orientações emitidas pela Diretriz Presidencial, de 13 de julho de 2000, referentes ao Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - PFCEAB.

Ao encerrar-se o exercício 2001, de fato, foram executados serviços de modernização e revitalização em trinta aeronaves da FAB, assim definidas:

- dezesseis T-25,
- dez T-27,
- três VU-9; e
- um KC-137.

Havia, ainda, a intenção de se revitalizar e modernizar duas aeronaves do tipo C-91A em 2001, mas a transferência dos encargos de manutenção do projeto C-91 do Parque de Material de Aeronáutica do Galeão (PAMA-GL) para o Parque de Material de Aeronáutica dos Afonsos (PAMA-AF) impediu que esse projeto avançasse conforme planejado. Entretanto, para 2002 a expectativa é de que duas aeronaves C-91A sejam efetivamente modernizadas e colocadas em operação.

Também é fato a entrega de duas aeronaves F-5 E/F à EMBRAER, em fevereiro de 2001, para que fossem iniciados os trabalhos de modernização da atual frota deste tipo de aeronave. Os trabalhos realizados ao longo de 2001 e 2002, nessas aeronaves, está sendo o de prepará-las como protótipo para as demais aeronaves, utilizando-as, segundo o contrato firmado com a EMBRAER, como plataformas experimentais para as modificações planejadas. Considerando-se, então, que a previsão correta de meta física para o exercício 2001 seria a de vinte aeronaves modernizadas ou revitalizadas e que a meta realizada foi de trinta aeronaves, concluímos que o aproveitamento da ação, naquele ano, foi de 150%, bem acima do esperado. Para o ano de 2002 a expectativa é de possamos revitalizar um total de dezenove aeronaves, assim distribuídas: dois C-91A, três T-25 e quatorze T-27.

A intenção da Aeronáutica, dentro dessa ação, ao longo dos quatro anos do PPA, é modernizar e revitalizar parcela significativa de sua atual frota, seriamente atingida e indisponibilizada operacionalmente pela escassez de recursos orçamentários, especialmente ao longo do último decênio, que impediram a necessária, antecipada e oportuna aquisição de suprimentos e serviços de manutenção. Essa situação acabou provocando a parada de praticamente metade

de uma frota de aproximadamente setecentas aeronaves de combate, de apoio ao combate e de instrução, pertencentes ao acervo da Força Aérea Brasileira. A meta proposta originalmente, entretanto, espelha o número total de aeronaves que necessitam de alguma ação modernizadora ou revitalizadora para que possam voltar a serem empregadas em suas missões originais, de forma eficiente e segura, como é o desejo da Aeronáutica. A realização desses serviços propiciará o retorno das mesmas às lides dos intransferíveis serviços institucionais de manutenção da soberania e da segurança nacional, de apoio humanitário, no atendimento às necessidades da saúde pública e do meio ambiente, ou nos casos de calamidades públicas e de atendimento regular à frações da população e unidades militares dispostas, permanentemente, em localidades de acesso possível apenas pelo meio aéreo.

- Aquisição de Equipamentos de Comunicação e Eletrônica - a previsão inicial, relativa à meta a ser obtida em 2001, revelou-se muito aquém do resultado alcançado em virtude da abrangência permitida pela definição de equipamentos de comunicação e eletrônica, que envolve não só a área de material de aviação, mas também outras áreas da logística da Aeronáutica, principalmente ao se referir aos equipamentos de eletrônica, material de natureza comum a, praticamente, todos os setores de apoio e manutenção às diversas atividades e às necessidades operacionais, logísticas e administrativas da Força Aérea Brasileira.
- Aquisição de Aeronaves - apesar de não ter sido alcançado a meta desejada, permanecendo a mesmo no patamar físico de 41,93%, esta ação, pela sua importância para os objetivos do programa e, especialmente, para o cumprimento das missões da FAB, está colocada entre as de melhor resultado alcançado. Fato esse comprovado pela alocação de recursos suplementares, que permitiu importantes aquisições, como as oito aeronaves C-130H (de um total de dez negociados) e os cinco P-3BR (de um total de doze negociados), além de possibilitar o início das negociações para a aquisição de 16 (dezesseis) F-5 E/F, além da assinatura dos contratos comerciais de produção das 76 (setenta e seis) aeronaves AL-X (AT-29).
- Construção e Aquisição de Instalações Militares - observando-se a relação final entre a meta prevista e o resultado alcançado, verifica-se que esta foi uma das ações de maior aproveitamento. Em que pese a unidade estabelecida para a sua medição, o metro quadrado, e a inexperiência na identificação do seu comportamento prático e real, ainda sim o resultado foi muito além do esperado. É importante ressaltar que a consecução desta ação permite a ampliação desejada das obras de apoio e proteção física à atividade fim da FAB. É provável que seja necessária uma análise do produto dessa Ação, o que irá melhorar qualitativamente a sua mensuração e a interpretação correta dos resultados.
- Modernização de Instalações Militares - o fato de esta ação ter recebido todo o crédito solicitado em 2001 e, também, pelos expressivos resultados alcançados ao longo do período analisado, mesmo não tendo atingido a meta planejada, caracterizam esta ação como uma das mais proveitosas e adequadas às atuais necessidades de infra-estrutura da FAB. A importância dessa Ação está vinculada à possibilidade de incrementar e modernizar o necessário apoio de infra-estrutura às atividades operacionais (apoio à máquina) e aquele prestado as seus militares (apoio ao homem), proporcionando-lhes um ambiente de trabalho digno e seguro, capaz de garantir e manter a sua eficácia no cumprimento da atividade fim do Comando da Aeronáutica.

Restrições - Uma das maiores dificuldades para a consecução do índice

planejado, para o período considerado, foram os longos prazos requisitados para a tramitação dos processos de financiamento, necessários à execução de quase todos os projetos incluídos no Programa. A morosidade verificada na análise e aprovação foi sentida em todas as suas fases, quer seja na área do Governo Federal, quer seja nas negociações junto às instituições financeiras internacionais.

As dúvidas suscitadas na interpretação do artigo 36 ("É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo"), da Lei de Responsabilidade Fiscal, impediram que as transações de financiamentos, tendo como agentes órgãos do próprio Governo, fossem concretizadas. Esse fato implicou em uma melhor apreciação do dispositivo legal, o que gerou atrasos nas aquisições de bens e serviços referentes ao prosseguimento do Programa. Vale ainda ressaltar que os contratos de financiamentos externos possuem seqüência definida, processos longos e lentos, o que faz com que ocorram atrasos na execução dos projetos a eles vinculados.

Ao longo dos exercícios de 2000, 2001 e 2002, destacamos que os principais óbices enfrentados na consecução do Programa Reparcelamento e Adequação da FAB foram a morosidade excessiva na tramitação dos processos de autorização de financiamentos no exterior e o contingenciamento imposto ao Programa. Na quase totalidade das ações, o cronograma físico para a execução dos diversos projetos, no período considerado, esteve sempre condicionado ao montante dos recursos disponíveis estabelecidos pela área econômica do Governo. Havendo mais recursos e sendo os mesmos liberados com oportunidade, frente às necessidades do programa, certamente os resultados seriam melhores, com substancial economia.

É importante frisar que os primeiros reflexos se fazem sentir quanto à degradação da capacidade da FAB no cumprimento das missões de Defesa Aérea, garantia da soberania nacional no controle e uso do espaço aéreo sobrejacente ao território brasileiro, e de suas conseqüências quanto à impunidade dos vôos ilícitos, ao narcotráfico e ao contrabando de recursos nacionais. A indisponibilidade das aeronaves de transporte também acarreta dificuldades no atendimento das missões de apoio ao Governo Federal, muitas delas em auxílio aos Ministérios da Justiça (Polícia Federal, Defesa Civil, TRE), Saúde (campanhas de vacinação, calamidades públicas, distribuição de medicamentos, evacuação aeromédica), Ciência e Tecnologia (apoio à missão Antártica), Relações Exteriores (demarcação territorial, missões humanitárias no exterior e transporte de tropas brasileiras engajadas em missões de paz da ONU), e ao próprio Ministério da Defesa no apoio logístico à Marinha do Brasil e ao Exército Brasileiro.

Até o preparo e a manutenção operacional dos pilotos e mecânicos ficaram comprometidos, o que vem gerando um problema de elevadas proporções, latente e cumulativo, de difícil solução em curto prazo, com reflexos potencializados e cada vez mais inibidores na obtenção e manutenção da necessária capacidade operativa da Força.

Dessa forma é fácil aquilatar o tipo e a dimensão da penalidade que sofrerá o público-alvo do Programa, a Nação brasileira, caso a FAB seja exigida em sua plenitude operacional, o que, no momento, infelizmente não é possível oferecer, apesar de todos os esforços da Aeronáutica e mesmo sendo essa a sua maior destinação constitucional.

Concepção Caracterização do problema - O Programa Reparcelamento e Adequação da Força Aérea Brasileira têm sua origem na necessidade de se dar os meios necessários à Aeronáutica e à Nação brasileira de dispor de uma Força Aérea adequadamente equipada e adestrada, em condições de manter e garantir, permanentemente, o domínio, o controle e a liberdade no uso do espaço aéreo sobrejacente ao território nacional. Essa atribuição antecede o estabelecimento do PPA e é uma preocupação constante das autoridades da Aeronáutica desde a sua criação, datada de 1941.

A soberania do espaço aéreo brasileiro permite o seu uso ordenado e em benefício da Nação brasileira por meio do controle do tráfego aéreo, sua segurança e garantia como fator de sobrevivência do povo brasileiro. É importante lembrar o engajamento da FAB nas missões humanitárias, na busca e no resgate a acidentados aéreos, na evacuação aeromédica, nas campanhas de saúde, nas atividades de coibição aos vôos ilícitos e nas missões de transporte logístico em apoio às iniciativas federais na manutenção da ordem e da segurança interna, onde e quando se fizerem necessárias.

Atributos do Programa - O objetivo do programa, reparar e adequar os meios aéreos e a infra-estrutura de suporte da FAB, descreve e caracteriza com clareza a finalidade do mesmo. O público-alvo, a Nação brasileira, está bem definido e dimensionado, pois o Programa abrange todo o território nacional. As ações que o compõem são suficientes e abrangem os diferentes aspectos relacionados às necessidades inerentes à adequação dos meios aéreos e de infra-estrutura da FAB, em face de sua destinação constitucional.

O programa é composto por 10 (quinze) ações, todas do tipo projeto:

- Aquisição de Aeronaves;
- Aquisição de Simuladores;
- Aquisição de Veículos de Superfície para Atendimento à Área Operacional Militar;
- Construção e Aquisição de Instalações Militares;
- Implantação de Novos Sistemas Bélicos;
- Implantação de Sistemas de Telemática Militar;
- Modernização de Equipamentos de Comunicação e Eletrônica;
- Modernização de Instalações Militares;
- Modernização e Revitalização de Aeronaves;
- Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica.

Atributos de Ação - É preciso ressaltar a necessidade de melhorar alguns atributos, tais como:

Construção e Aquisição de Instalações Militares

- A unidade de medida, metro quadrado (m²), do produto, instalação militar construída ou adquirida, não reflete a verdadeira dimensão da instalação construída ou adquirida. A construção de um pátio em concreto de 1.000 (mil) metros quadrados certamente terá um custo menor do que um auditório ou uma enfermaria de 900 (novecentos) metros quadrados. A sugestão seria estabelecer como unidade de medida a unidade (instalação) construída ou adquirida.

Implantação de Novos Sistemas Bélicos

- A unidade de medida (unidade) do produto (sistema implantado) não exprime com exatidão o conceito de unidade ao representar o produto gerado a ser dimensionado. Por exemplo, no caso do míssil MAA-1 a unidade do produto, pela atual definição, seria o "sistema", ou seja, independente do número de mísseis a ser produzido, só contaria, para efeito de "unidade", a existência de um único sistema, mesmo que esse "sistema" venha a gerar cem mísseis, como produto final. Entendemos que cem unidades do referido míssil representam, com maior clareza e exatidão, o produto a ser alcançado nesta ação. A sugestão proposta é que o produto seja expresso pelo valor unitário gerado, a unidade implantada, (cada unidade correspondendo a uma unidade de um determinado tipo de artefato bélico) e não pelo sistema implantado, situação em poderia abrigar várias unidades (mísseis), cuja quantidade total permaneceria desconhecida, não expondo, assim, de forma mais transparente e eloqüente a real quantidade do produto obtido.
- Geral - Quando o produto de uma determinada ação for apenas uma unidade a ser obtida em um período maior do que um ano (um exercício financeiro), que seja possível utilizar-se como unidade de medida física o percentual sobre a totalidade do projeto, a ser alcançado ao final de cada exercício que venha a compor a proposta de um cronograma físico. Esse procedimento tornaria mais claro e exato o acompanhamento e o controle do progresso do produto medido.
- Estratégia de implementação - No âmbito do Programa Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira a estratégia de implementação existente, até o momento, foi considerada suficiente para o seu gerenciamento. Os órgãos de direção geral e setorial da Aeronáutica estabelecem planos de ação, planos de avaliação, organização para o trabalho, forma de repasse de recursos, forma de controle e acompanhamento do desempenho, de modo que a realização das ações está incorporada no cumprimento da missão de cada organização responsável. A estrutura administrativa na qual o programa está inserido é compartilhada com todos os programas sob a responsabilidade da Aeronáutica. Esta estrutura ocupa os seus diferentes níveis organizacionais e situa-se em locais físicos dispersos por todo o território nacional. A administração da Aeronáutica detém a necessária coordenação e o acompanhamento das ações. O aproveitamento da estrutura administrativa e operacional existente na Aeronáutica contribuiu para a implementação das ações e para a obtenção dos resultados atingidos pelo programa.

Recursos - Os recursos financeiros do programa são oriundos do orçamento da União e de financiamentos. O contingenciamento imposto no período exigiu mudança nas prioridades de alocação de recursos, previamente planejada entre as ações, importando em maior carga de recursos para o exercício de 2003.

Assim é que, observando-se os resultados alcançados pelas ações do Programa, podemos concluir que houve relativa compatibilidade e oportunidade, quanto à liberação dos recursos orçamentários em relação às necessidades de execução de cada uma das mesmas. A insuficiência de recursos para o desempenho do programa foi identificada, não na relação existente entre o crédito autorizado e o crédito realmente empenhado e liquidado, mas sim na relação permitida entre o crédito solicitado, por meio da Proposta Orçamentária originalmente calculada, e o crédito efetivamente autorizado, e mesmo suplementado, que constou da Lei Orçamentária Anual. Como exemplo dessa situação, citamos a ação Implantação de Novos Sistemas Bélicos, que previa para 2001, inicialmente,

Implementação

recursos da ordem de R\$ 5.258.497,64 e foi contemplada com R\$ 3.000.000,00. Essa ação, em 2001, tratou apenas do míssil MAA-1, um projeto da maior importância, não só para a FAB, pelo seu potencial bélico, mas principalmente, como empreendimento científico, contribuindo, sobremaneira, para o desenvolvimento tecnológico da Nação brasileira.

O problema tende a se agravar, uma vez que a diferença de recursos não obtidos em 2000, 2001 e 2002 certamente se tornará imperiosa ao longo dos próximos exercícios financeiros, o que, sem dúvida, comprometerá o desempenho de outras Ações e mesmo do Programa, como um todo, pelo excessivo acúmulo de necessidades orçamentárias postergadas.

Parcerias - O Programa Reparcelamento e Adequação da Força Aérea Brasileira não prevê a realização de parcerias.

Satisfação do Público Alvo - Devido à característica e a dimensão do público-alvo do programa, a Nação brasileira, sua participação tem ocorrido por meio das instituições representativas dos Poderes constituídos, nas diversas áreas de interface com o programa e através dos veículos de comunicação. Como o resultado do programa está inserido num contexto mais amplo de Defesa Nacional, uma pesquisa de satisfação do público-alvo neste sentido teria que considerar a atuação conjunta das Forças Armadas e do Ministério da Defesa, bem como de outros órgãos governamentais que fazem parte do sistema de Defesa Nacional.

Sistema de Informações de Apoio Gerencial - A implementação do modelo de gestão por programas permitiu uma melhor organização da ação setorial, resultando em maior transparência e no desenvolvimento de novas e modernas ferramentas gerenciais. Nesse sentido, o Comando da Aeronáutica está consolidando a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIPG), o qual faz a transposição da metodologia do PPA para a Aeronáutica, orientando o seu planejamento, execução e controle orçamentário, nos mesmos parâmetros e critérios dos programas e ações do PPA.

Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

A expectativa para o alcance do índice do indicador (Taxa de adequação da Marinha do Brasil) planejado para o final do PPA (2003) é baixo, devido os cortes orçamentários.

Resultados

Ano 2000 - Revitalização de 11 aeronaves Sky Hawk AF-1 e AF-1 A, que já se encontram realizando exercícios com o navio aeródromo Minas Gerais; modernização da Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, com ampliação da pista, novo sistema de parada de aeronaves em emergência e novo hangar para abrigar aeronaves de asa fixa; adquiridos seis navios-patrolha, que já iniciaram o patrulhamento da costa brasileira; incorporado, à armada brasileira, o navio aeródromo São Paulo.

Ano 2001 - Modernização de meios aeronavais: modernizadas três aeronaves do tipo SH-3, correspondendo a 100% da meta estabelecida para o exercício Modernização de organizações militares terrestres: 1º Distrito Naval, Colégio Naval e Casa do Marinheiro; obtenção de sistemas operativos: concluída a instalação do novo sistema de combate da fragata Liberal e em andamento a obtenção dos sistemas de armas da corveta Barroso e do submarino Tikuna.

Ano 2002 - Prosseguimento da modernização das Fragatas Classe Niterói, o processo de modernização desta classe de Fragatas está sendo desenvolvido no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, com a assessoria da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron); lançamento da Corveta Barroso, o projeto de construção da Corveta entra agora numa nova fase, com o casco já flutuando; Conclusão do projeto de concepção do Navio - Transporte de Apoio, o projeto foi desenvolvido pelo Centro de Projeto de Navios, Organização Militar do Comendo da Marinha e sua execução depende de aprovação de financiamento do BNDES.

Caracterização do problema - Em razão do permanente avanço das tecnologias empregadas na área militar, faz-se necessário um esforço da Marinha para manter seus meios adequados ao combate naval, em termos de modernização e capacidade operacional, visando contribuir para a defesa do país, como fator da democracia e do desenvolvimento.

Concepção

Atributos do programa - A concepção do programa está adequada a seus objetivos, não necessitando reformulação. Os produtos estão bem definidos, de acordo com o que se espera obter em cada ação.

Restrições - Os cortes orçamentários estão inviabilizando atividades de construção naval, modernização de meios, desenvolvimento de atividades de pesquisa; gerando conseqüência na oferta de empregos no setor de construção naval, no setor de manutenção e de tecnologia aplicada e além de ficarmos mais dependentes de tecnologia proveniente do exterior. A solução encontrada, a fim de minimizar os efeitos do contingenciamento, foi o alongamento dos prazos de construção e modernização de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais.

Os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais com longo tempo de utilização necessitam ser modernizados, a fim de serem empregados operativamente. Não havendo a correspondente reposição, de meios sem condições de uso, implicará grave redução da capacidade do poder de combate da Marinha.

Gerente:

**Contra-Almirante
Gerson Carvalho Ravanelli**

A Marinha necessita dispor de Sistemas de Comando, Controle, Comunicações e Informações compatíveis com as necessidades de atuação do Poder Naval, inclusive para operar junto a outras Marinhas ou quando integrada a Forças de Paz e outras Forças Singulares e desenvolver táticas, procedimentos operacionais e métodos de avaliação do desempenho dos sistemas disponíveis;

O programa é composto por 14 ações, com execução assim distribuído:

Comando da Marinha - 14 projetos:

- Construção de organizações militares terrestres
- Modernização de bases da Marinha Brasileira no corredor São Francisco
- Modernização de meios aeronavais
- Modernização de meios de fuzileiros navais
- Modernização de meios navais
- Modernização de organizações militares terrestres
- Obtenção de embarcações de apoio
- Obtenção de meios aeronavais
- Obtenção de meios de fuzileiros navais
- Obtenção de meios navais
- Obtenção de próprios nacionais residenciais para a Marinha
- Obtenção de submarinos de propulsão nuclear
- Projetos de construção naval

Estratégia de implementação - A estratégia de execução, em conformidade com o Plano Diretor da Marinha, é implementada por meio de planos internos voltados para consecução das ações que compõe o programa.

Público-alvo - O programa tem como público alvo a Nação Brasileira.

Implementação

Recursos - O programa executou nos anos de 2000 e 2001 um total de R\$ 559.355.376,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de 159.627.907,00

Capacitação - O esforço de capacitação oferecido à equipe gerencial foi considerado suficiente e, em termos qualitativos, o apoio prestado pela ENAP é satisfatório.

Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

Resultados

O índice do indicador (taxa de reaparelhamento e adequação do Exército Brasileiro) no início do PPA foi de 8% e o planejado ao final do PPA é de 9%. Devido os cortes orçamentários a expectativa é de não se atingir o índice previsto.

Em 2000 - Ampliação da Aviação do Exército; modernização e ampliação do Sistema de Informática do Exército; reestruturação da Força Terrestre; adquiridas 42 Viaturas Blindadas de Combate Leopard M1A1 e 16 Lançadores Múltiplos Universais Astros II.

Em 2001 - Implantação de 70% do Sistema de Aviação do Exército, o que aumenta a capacidade operacional da Força Terrestre, permitindo flexibilidade e maior rapidez nas operações militares; aquisição de oito helicópteros Cougar e tanques de traslado para os helicópteros Black Hawk, proporcionando condições favoráveis para operar com eficiência na Amazônia; implantação de 50% do Sistema de Material do Exército - SIMATEX, que é fundamental para o controle efetivo de todo o material do Exército, possibilitando economia de meios e maior racionalidade no emprego dos recursos;

Revitalização de 50% das viaturas blindadas; aquisição de 02 Viaturas Blindadas de Combate Leopard M1A1; aquisição de 37 Viaturas Blindadas Obuseiras Autopropulsadas M-109 A3.

Em 2002 - A aquisição de duas aeronaves "COUGAR" contribuirá sobremaneira para aumentar o poder de combate das tropas aeromóveis e também para a consecução da implantação do Sistema de Aviação do Exército, hoje com, aproximadamente, 70% do planejado implantado.

Foi dada continuidade à revitalização das viaturas blindadas URUTU e CASCAVEL, com recursos da Ação 5375, o que é fundamental para a manutenção do poder de combate da Força, com grande economia de meios/recursos. Atualmente, cerca de 40% da frota de viaturas blindadas foi revitalizada, permitindo uma sobrevida desses meios por mais dez anos de operacionalidade.

Foi de grande importância a aquisição de viaturas operacionais 05 Ton e leves, em substituição à frota anterior da década de 1970 e a aquisição de meios de comunicações modernos, em substituição aos atuais modelos obsoletos, permitindo uma elevação da operacionalidade do Sistema de Comando e Controle, nas atividades operacionais.

O Programa foi contingenciado em 43,55 % dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Projeto de Lei Orçamentária para 2003 está prevendo uma redução de 65,62 % dos recursos previstos no PPA 2000/2003. Dessa forma, há uma redução de aproximadamente 59 % nas metas financeiras para o período 2002/2003. Considerando o mesmo índice para as metas físicas, sem a inflação nos preços dos materiais, e considerando que o índice iria variar de 8,100 para 8,300 no final de 2003, no máximo alcançará 8,182, demonstrando definitivamente que o índice do indicador do Programa está muito aquém do esperado ao início do PPA 2000/2003.

As aquisições no período 2000-2002 não foram suficientes para mudar um quadro de necessidades, tais como: o sistema de armamento está com mais de 30 anos de utilização, equipamentos eletrônicos obsoletos e um sistema de defesa antiaérea com uma defasagem tecnológica de cerca de 30 anos, necessitando substituição.

Gerente:

**General de
Brigada Nelson Marcelino de Faria Fil**

O Exército dispõe apenas de 61% das viaturas previstas, sendo que, das existentes, 62% estão com mais de 20 anos de utilização, o material de comunicações de campanha está obsoleto. A escassez de recursos não está permitindo dotar a Força Terrestre de suas necessidades mínimas anuais, o que pode comprometer o cumprimento de sua missão Constitucional.

Concepção

Caracterização do problema - O Exército Brasileiro ao buscar dotar as suas OM com vetores de modernidade tem o propósito de obter um adequado suporte ao reparo e ao emprego da Força Terrestre.

O programa é composto por 15 ações, com a execução assim distribuída:

Comando do Exército - 14 projetos e 01 atividade:

- Adequação de organizações militares
- Implantação do sistema de aviação do Exército
- Implantação do sistema de comando e controle
- Informatização do Exército
- Instalação de organizações militares
- Modernização da Força terrestre
- Modernização operacional das organizações militares do Exército
- Modernização operacional dos Batalhões de Engenharia de construção
- Obtenção de armamentos
- Obtenção de meios específicos
- Obtenção de meios terrestres
- Obtenção de próprios nacionais residenciais para o Exército
- Produção de material de emprego militar
- Revitalização de materiais de emprego militar
- Transferência de organizações militares

As ações do programa em um total de 15, o Estado-Maior do Exército gere diretamente 3 ações, o que permite melhor acompanhamento da distribuição dos recursos e sua aplicação. As demais ações estão distribuídas na responsabilidade de órgãos de direção setorial, ou seja, departamentos e secretarias.

Estratégia de implementação - A estratégia de implementação foi aperfeiçoada e proporcionou uma melhora no acompanhamento da aplicação dos recursos autorizados, pois as ações de maior aporte orçamentário e financeiro são geridas diretamente pelo Estado-Maior do Exército (Órgão Gestor).

A gerência do Programa foi reformulada e atribuída à 4ª Subchefia do Estado-Maior do Exército, responsável pelas atividades de Logística, centralizou a execução das ações e proporcionou um emprego mais judicioso dos recursos. A centralização das ações permitiu um melhor acompanhamento da execução orçamentária, coordenando a execução dos Órgãos de Direção Setorial e mantendo os lançamentos no SIGPLAN atualizados e de fácil consulta, por meio de relatórios mensais.

Público-alvo - O público alvo do programa é a Nação Brasileira.

Recursos - O programa executou nos anos de 2000 e 2001 um total de R\$ 243.138.860,00. Para o ano de 2002 está previsto R\$ 349.060.405,00.

Implementação

Participação da sociedade - Não existem mecanismos permanentes de participação da sociedade no programa, entretanto, pesquisas divulgadas pelos principais institutos de pesquisa de opinião pública, apontam o Exército como a instituição de grande credibilidade no País.

Capacitação - Os integrantes da equipe gerencial, seja os do Estado-Maior do Exército ou os dos Órgãos de Direção Setoriais (Departamentos e Secretarias), participaram de cursos na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) em 2001 e 2002, de forma que estão devidamente capacitados para as atividades inerentes ao desempenho do Programa no nível Federal. Buscou-se inclusive, capacitar uma quantidade maior de militares, do que o necessário, como uma forma de manter a continuidade dos trabalhos, independente da rotatividade de pessoal, que é uma característica da atividade militar.

Recursos do Mar

Resultados A variação do índice do indicador (taxa de atualização do levantamento do relevo e dos recursos existentes da plataforma continental) está dentro do planejado, para o ano de 2002.

Ano 2000 - Conservação e manutenção da Estação Científica de São Pedro e São Paulo para o desenvolvimento de projetos de pesquisa que possibilitem o conhecimento dos ecossistemas e suas biotas e, primordialmente, para reconhecimento internacional do território nacional; término da determinação das linhas de base e do traçado do pé do talude continental, para a delimitação da Plataforma Continental jurídica brasileira; conclusão do levantamento dos dados pretéritos dos recursos minerais existentes na Plataforma Continental, em cumprimento à fase inicial do Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental jurídica brasileira.

Ano 2001 - Elaboração da Proposta Nacional de Trabalho para a execução das metas físicas da ação "Avaliação dos Recursos Não Vivos"; obtenção de dados oceanográficos e meteorológicos para formulação de previsões climáticas através de bóia fixa e bóias de deriva lançadas pelo programa; preparação dos documentos cartográficos finais para a composição do Relatório final, a ser apresentado à comissão de limites da Plataforma Continental da ONU; conservação e manutenção da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, para permitir o desenvolvimento de projetos de pesquisa que possibilitem o conhecimento dos ecossistemas e suas biotas.

Ano 2002 - Elaboração da Proposta Nacional de Trabalho do Plano de Reconhecimento dos Recursos Minerais da Plataforma Continental (REMPLOC); o início da digitalização das folhas de bordo de levantamentos hidrográficos realizados pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), de modo a produzir uma base de dados batimétricos fundamentais para a Avaliação dos Recursos não Vivos (REMPLOC); lançamento de bóias de deriva e instalação de estações meteorológicas automáticas essenciais para o monitoramento do oceano e o melhor conhecimento do clima do Brasil; término da preparação dos documentos cartográficos que comporão o relatório final do levantamento da Plataforma Continental Jurídica Brasileira; manutenção da Estação Científica do Arquipélago São Pedro e São Paulo, permitindo o desenvolvimento de projetos de pesquisa que possibilitem o conhecimento dos ecossistemas e suas biotas.

Restrições - É importante ressaltar que a Marinha do Brasil, em virtude dos cortes orçamentários, utilizou os recursos humanos e materiais a seu alcance a fim de minimizar os efeitos do contingenciamento, bem como a interação com as instituições participantes do programa.

Concepção Caracterização do problema - Os acordos internacionais relativos ao direito do mar, dos quais o Brasil é signatário, bem como, as necessidades de levantar e explorar os recursos da Plataforma continental e da Zona Econômica Exclusiva, com finalidade de defesa e comerciais, impelem a Marinha a participar ativamente em trabalhos de levantamento de dados e informações sobre os recursos do mar, juntamente com outros órgãos governamentais, instituições de pesquisas e empresas nacionais, visando ampliar os conhecimentos sobre as potencialidades de nosso mar e buscar novas formas de exploração/exportação dos recursos marinhos, em benefício da sociedade brasileira.

Gerente:

Contra-Almirante
Paulo César Dias de Lima

O programa é composto por 05 ações, com a execução assim distribuída:

Comando da Marinha - 04 atividades e 01 projeto:

- Avaliação dos recursos não vivos da Zona Econômica Exclusiva
- Fomento ao desenvolvimento de conhecimentos sobre os ambientes costeiros e marinhos
- Levantamento da plataforma continental brasileira
- Manutenção da estação científica do arquipélago de São Pedro e São Paulo
- Pesquisa e monitoramento oceanográfico

Fonte de financiamento - O programa recebe recursos do Orçamento Fiscal.

Estratégia Implementação - A implementação está adequada. A participação de outros órgãos governamentais e instituições de pesquisas contribuíram para o alcance das metas físicas. No ano de 2002, foram descentralizados créditos para várias instituições: Fundação de Apoio à Universidade Federal de Rio Grande (FAURG), Fundação de Apoio a Universidade de Pernambuco e Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), sem que isto signifique a perda do caráter nacional do Programa, pois o objetivo é que os resultados sejam em benefício do País. As ações que compõe o Programa têm caráter nacional, exigindo uma gestão participativa dos diversos atores envolvidos.

O controle da execução das ações do programa é realizado através reuniões nos Comitês responsáveis, onde são analisadas as dificuldades para a implementação do Programa e buscadas as soluções para que seja cumprida a meta física das ações.

Público alvo - O programa "Recursos do Mar" tem como público alvo a Marinha do Brasil e exploradores legítimos da plataforma continental brasileira (Comunidade científica, universidades e empresas nacionais).

Recursos - O programa executou nos anos de 2000 e 2001 um total de R\$ 4.278.623,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 1.552.680,00.

Implementação

Satisfação do público-alvo - A satisfação do público alvo é realizada através de reuniões, convites para palestras aos diversos segmentos da sociedade e exposições.

Parcerias - Foram realizados diversos cursos dentro do escopo do Programa Mentalidade Marítima não previstos no PPA, bem como cursos de formação de pessoal, no âmbito da Agenda Ambiental Portuária e Gerenciamento Costeiro, em conjunto com os Estados e Municípios interessados.

Segurança e Proteção ao Tráfego Aquaviário

Resultados Os índices dos indicadores (coeficiente de acidentes náuticos) apurados nos anos de 200 e 2001 foram respectivamente, 1,95% e 1,65%. O índice planejado para o final de 2003 é de 1%. No ano de 2002 o índice alcançou 1,6 % . Para o ano de 2003 é baixa a expectativa do alcance do índice planejado.

Ano 2000 - Produção e reimpressão de cerca de cem tipos de cartas náuticas, perfazendo um total de 80 mil cartas produzidas, cobrindo todo o litoral brasileiro, do Oiapoque ao Chuí, e principais áreas fluviais; registro, fiscalização e inspeção de cerca de 60 mil embarcações; participação efetiva da Marinha em 109 casos de socorro e salvamento da vida humana e dos meios que trafegam nas áreas marítimas e fluviais.

Ano 2001 - Produção e reimpressão de cerca de 50 tipos de cartas náuticas, perfazendo um total de 40 mil cartas produzidas, cobrindo todo o litoral brasileiro, do Oiapoque ao Chuí, e principais áreas fluviais; registro, fiscalização e inspeção de cerca de 60 mil embarcações; participação efetiva da Marinha em 94 casos de socorro e salvamento da vida humana e dos meios que trafegam nas áreas marítimas e fluviais; manutenção e conservação de cerca de 1.060 sinais náuticos entre faróis, radiofaróis, faroletes e bóias; construção de marcos geodésicos e padronização das referências geodésicas em dez estações da rede DGPS.

As atividades desenvolvidas pela Marinha, na execução das ações do programa, face o contingenciamento de recursos priorizam aquelas tarefas que por força de tratados internacionais não poderiam deixar de serem executadas, no caso específico às atividades relacionadas a segurança de navegação e salvaguarda da vida humana no mar, nas áreas do Atlântico Sul sob responsabilidade do Brasil, bem como as atribuições perante a Organização Hidrográfica Internacional (OHI) e à Organização Marítima Internacional (OMI).

Ano 2002 - Manutenção preventiva dos principais faróis, radiofaróis, faroletes e bóias. Nos demais sinais náuticos, manutenção corretiva (por envolver a segurança da navegação, essa atividade não pode deixar de ser realizada); elaboração e divulgação de boletins meteorológicos e aviso aos navegantes para toda a área marítima de responsabilidade do Brasil, (atividade que contribui para a segurança da navegação); registro de 504.877 embarcações e 43.186 inspeções em todo o território nacional (atividade que contribui para a redução de acidentes náuticos).

Concepção Caracterização do problema - Por força de atribuições legais e de acordos internacionais, compete à Marinha executar diversas atividades voltadas, para a segurança da navegação, controle e proteção dos meios e pessoas que trafegam nas áreas marítimas e fluviais sob jurisdição brasileira. Tais atividades, sendo bem desenvolvidas, além de atingir seus propósitos, contribuem diretamente para a redução dos custos de navegação e, conseqüentemente, dos fretes dos produtos transportados, o que, em última análise representa economia de divisas para o País e maior desenvolvimento.

Gerente:

Cel. Av. Jorge Silva Escobar

Atributos do programa - O Programa e a estratégia de implementação estão perfeitamente definidos não havendo necessidade de alteração para o próximo PPA.

O programa é composto por 04 ações, com a execução assim distribuída:

Comando da Marinha - 04 atividades:

- Hidrografia e cartografia náutica - Contribuir para segurança e a orientação do tráfego marítimo e fluvial.
- Registro e fiscalização de embarcações - Contribuir para a segurança do tráfego marítimo e fluvial, por intermédio do controle das embarcações e da fiscalização quanto ao cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores sob jurisdição brasileira.
- Sinalização náutica - Contribuir para orientação e segurança do tráfego marítimo, fluvial e lacustre em águas nacionais brasileiras.
- Socorro e salvamento - Permitir a estruturação e a capacitação da Marinha para participar do serviço de busca e salvamento marítimo sob responsabilidade do Brasil, à vista dos dispositivos previstos em convenções e acordos internacionais dos quais o País é signatário.

Estratégia de implementação - A estratégia de execução é realizada por meio de 14 planos internos voltados para: prover informações e previsões ambientais para apoio à aplicação do poder naval nas áreas marítimas de interesse nacional e nas vias navegáveis interiores sob jurisdição brasileira; e manter a segurança e o controle marítimo e fluvial.

Público-alvo - O programa tem como público alvo a Comunidade marítima e fluviária e a Marinha do Brasil.

Recursos - O programa executou nos anos de 2000 e 2001 um total de R\$ 23.263.217,00. Está previsto um valor de R\$ 16.435.284,00 para o ano de 2002.

Implementação

Restrições - Devido os cortes orçamentários os reparos e manutenções realizadas passam a ser seletivas e corretivas, ao invés de preventivas. No período 2000-2002 deixaram de ser adquiridos materiais e serviços que indiretamente gerariam renda e emprego à população.

Satisfação do público alvo - Para o público-alvo o impacto é negativo, visto que as limitações orçamentárias impedem a expansão do nível de segurança e proteção do transporte aquaviário.

Serviço de Saúde das Forças Armadas

Resultados Até a presente data, não ficaram definidos quais seriam os melhores indicadores para uma boa aferição dos resultados do Programa. Quando da elaboração do PPA 2000/2003, foram adotados indicadores que não expressam a realidade do Serviço de Saúde das FFAA. As relações adotadas (paciente atendido/beneficiários existente; nº de leitos disponíveis/leitos ocupados) nada mensuram em termos de avaliação. A CPSSMEA está designando um Grupo de Trabalho inter-forças, a fim de definir uma nova metodologia para construir indicadores que traduzam a realidade do Serviço de Saúde.

Como decorrência das dificuldades geradas pelas restrições orçamentárias, o público alvo das Três Forças Singulares (aproximadamente 1,3 milhões), foi atendido quantitativamente, mas não qualitativamente. Além disso, a compressão orçamentária imposta ao longo dos últimos anos, tem dificultado a renovação e a atualização dos equipamentos necessários ao cumprimento da missão, ocasionando uma maior dependência do atendimento em entidades privadas, desviando recursos financeiros que deveriam estar sendo aplicados dentro dos Sistemas de Saúde das Forças. Como resultados positivos, podemos ressaltar uma maior integração das 03 (três) Forças no que se refere à produção de fármacos, com o desenvolvimento de um trabalho de racionalização na produção dos três laboratório químicos militares. Essa integração tem sido observada também na área assistencial, principalmente, na região Amazônica, em Salvador e em Brasília.

Observa-se nos últimos anos um aumento do número de usuários, principalmente pela inclusão de dependentes. Tem-se observado ainda o aumento do número de idosos, levando a um maior gasto de recursos na assistência médico-hospitalar. O Serviço de Saúde das Forças Armadas tem procurado investir em preparação de Medicina Preventiva e de Assistência à terceira idade, incluindo programas de atendimento domiciliar.

Além da preocupação com a terceira idade, tem-se investido de modo eficiente em programas preventivos nas áreas de DST/AIDS, dependência química e alcoolismo.

A implementação de Programas Preventivos e de Assistência à terceira idade, principalmente o Programa de Assistência Domiciliar, teve uma excelente aceitação do público usuário e das Organizações Hospitalares, na medida em que contribuíram para a redução de custos nestas Organizações e proporcionou um melhor atendimento Bio-psico-social dos pacientes, mantendo-os junto aos familiares.

Vale destacar, ainda, as realizações ocorridas no âmbito do Comando da Marinha:

- Implantação de 13 (treze) Programas de Saúde (preventivos e comunitários) em cinco Distritos Navais (1º DN, 3ºDN, 4º DN, 5º DN e 6º DN), a saber: Programa de Imunização; Programa de Controle do Diabetes Melitus; Programa de Controle da Hipertensão Arterial; Programa de DST/AIDS; Programa de Dermatologia Sanitária; Programa de Pneumologia Sanitária; Programa de Saúde do Idoso; Programa de Saúde Mental; Programa de Saúde Bucal; Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança; Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher; Programa de Atenção às Doenças Profissionais; Programa de Reabilitação e Readaptação Funcional; e Modernização do Parque Fabril do Laboratório Farmacêutico da Marinha;

Gerente:

**Maj Brig Méd
Ricardo Luiz de Guimarães Germano**

- Ação Atendimento Médico Hospitalar/ Fator de Custo - 35% superior ao planejado, alcançando 1.4 milhão de atendimentos; e

- Ação Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalar e Odontológicos - 28% superior ao planejado, alcançando 595 mil atendimentos.

Concepção

Caracterização do problema - O Serviço de Saúde das Forças Armadas tem como missão proporcionar a adequada assistência médico-hospitalar aos militares (ativos e inativos) e aos seus dependentes, atuando, além da área assistencial, nas áreas preventiva, pericial e operacional, abrangendo tanto o treinamento como o emprego real.

Atributos do programa - O PPA 2000/2003 abrange todo o espectro das ações do Serviço de Saúde das Forças Armadas, não havendo, portanto outros produtos a serem relacionados. O objetivo do programa descreve claramente a finalidade do mesmo. O público-alvo (Militares das Forças Armadas e seus dependentes) está bem caracterizado e dimensionado.

O programa é composto por nove ações, assim distribuídas:

Comando da Aeronáutica - duas atividades e um projeto:

- Atendimento Médico-Hospitalar/ Fator de Custo;
- Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares e Odontológicos a Cargo da Aeronáutica; e
- Aquisição de Ambulâncias e UTI Móvel.

Comando do Exército - duas atividades:

- Atendimento Médico-Hospitalar/ Fator de Custo; e
- Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares e Odontológicos a Cargo do Exército.

Comando da Marinha - duas atividades e um projeto:

- Atendimento Médico-Hospitalar/ Fator de Custo;
- Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares e Odontológicos a Cargo da Marinha; e
- Desenvolvimento de Novos Procedimentos na Área Biomédica.

Hospital das Forças Armadas - uma atividade:

- Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas.

Estratégia de implementação - Temos a ressaltar a importância de uma assessoria permanente no trato dos assuntos de saúde para o Ministério da Defesa nos moldes em que foi formalizado pelo presidente da CPSSMEA, o que facilitaria uma maior integração dos três Serviços de Saúde das FFAA. É fundamental a atuação de forma integrada e racionalizada dos Serviços de Saúde das Forças Singulares, coordenados pelo Ministério da Defesa.

A gestão por programa facilita o desempenho da ação governamental na medida em que permite a aplicação efetiva naquela área específica dos recursos disponibilizados, evitando-se desvios da finalidade precípua.

Parcerias - Há necessidade de maior intercâmbio, principalmente, com o Ministério da Saúde, nas áreas de produção de medicamentos, fornecimento de medicamentos previstos nos programas oficiais (DST/AIDS, Tuberculose, Hanseníase, Renais Crônicos e outros) e participação em campanhas de vacinação.

Recursos - Os créditos disponibilizados na ação 2059 (fator de custo) encontram-se aquém (cerca de 70%) do proposto no PPA, causando uma distorção no cumprimento da missão, levando a restrições importantes com conseqüente queda da qualidade do serviço prestado.

Implementação

Satisfação do Público-alvo - O público-alvo do programa, apesar de estar sendo atendido na sua necessidade, não tem sido contemplado na sua expectativa em relação à qualidade dos serviços recebidos. Uma participação mais integrada dos três Serviço de Saúde, principalmente nos últimos escalões (os mais sofisticados), traria uma maior economia, cujos resultados corrigiriam a falta de qualidade ora apontada.

O público-alvo participa interagindo com os profissionais de saúde nos diversos programas de Saúde preventiva.

A pesquisa da satisfação do usuário é realizada de duas formas:

- Ativa - entrevista com os pacientes ambulatoriais, pacientes internados e com os respectivos acompanhantes; e
- Passiva - coleta de críticas e sugestões recolhidas em urnas específicas.

Os resultados desta pesquisa são aplicados no melhor gerenciamento, fazendo os ajustes administrativos, exemplo: redução da demanda de diversos setores, racionalização de procedimentos etc.

Sistema de Informações de Apoio Gerencial - O Programa precisa instituir um sistema de informações de forma a facilitar a captação dos dados gerados pelos diversos órgãos que integram o programa. Uma alternativa é o cadastramento, no SIGPLAN, do Coordenador de Ação.

Tecnologia de Uso Aeroespacial

O indicador "Taxa de Execução das Pesquisas Programadas" estabelece o percentual entre o índice inicialmente planejado e o resultado apurado em cada exercício. O índice inicial foi estabelecido em 40% e a meta final em 2003 está prevista em 80%. Em 2000, o resultado apurado foi de 51% e, em 2001, de 60%. A previsão para 2002, já ajustada, é da ordem de 64%, devido aos diversos problemas, como o contingenciamento, que chegou a 55% do previsto na LOA.

Até o ano de 2001, o Programa vinha apresentando resultados considerados satisfatórios, atingindo as metas previstas e alcançando o índice inicialmente planejado. Em 2002, porém, isto não aconteceu, devido ao forte contingenciamento imposto, principalmente nas ações relativas ao Desenvolvimento de Aeronaves e de Sistemas Bélicos e Associados.

Outro aspecto a ressaltar, diz respeito à baixa expectativa de alcance do índice previsto até o final do PPA, pois o programa sofreu um forte contingenciamento em 2002 e houve comprometimento de parte dos recursos financeiros com Restos a Pagar, o que prejudicou sensivelmente o desenvolvimento das ações. Sugere-se, portanto, o percentual de 75 como novo índice ao final do Plano.

A execução orçamentária e financeira das ações do programa no período, apesar das inúmeras dificuldades, possibilitou que as principais metas previstas fossem atingidas, com destaque para:

- conclusão do segundo protótipo da aeronave AL-X, o que possibilitou o início da produção destas aeronaves para a FAB, no ano de 2002;
- conclusão do desenvolvimento de diversos armamentos, bem como o início da fase final de outros, em especial o míssil ar-ar MAA-1 "Piranha", de grande importância operacional para a Força Aérea Brasileira.

Caracterização do problema - O Programa tem origem nas seguintes demandas da sociedade:

- aumento da capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira, por intermédio de cursos de reciclagem e capacitação de pessoal;
- desenvolvimento de aeronaves; desenvolvimento de sistemas bélicos e associados; manutenção do funcionamento dos órgãos de pesquisa e desenvolvimento da Aeronáutica;
- implantação de infra-estrutura para pesquisa e desenvolvimento, proporcionando o ambiente necessário ao desenvolvimento de projetos e de pesquisa científica e tecnológica na área aeroespacial;
- execução de pesquisa e desenvolvimento tecnológico aeroespacial nas áreas de pesquisa básica, de sistemas com aplicação em aeronaves, de foguetes de sondagem e de foguetes lançadores de Satélites;
- suporte ao desenvolvimento industrial, com transferência de tecnologia desenvolvida no Centro Tecnológico Aeroespacial - CTA; e de fomento, coordenação e apoio para o complexo industrial aeroespacial brasileiro.

Atributos do Programa - O objetivo do programa, de aumentar a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira descreve claramente a finalidade do mesmo. O público-alvo (a Força

Resultados

Concepção

Gerente:

Cel Int Almir de Carvalho Coelho

Aérea Brasileira, as demais forças singulares, a comunidade científica e a indústria aeroespacial) está bem caracterizado e dimensionado, e as ações que compõem o programa são suficientes e abrangem os diferentes aspectos que compõem a Tecnologia de Uso Aeroespacial.

O programa é composto por 08 (oito) ações, das quais 04 (quatro) são projetos e 04 (quatro) atividades. As ações "Implantação de Infra-Estrutura para Pesquisa e Desenvolvimento", "Desenvolvimento do AM-X", "Desenvolvimento de Aeronaves" e "Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados", demandando mais de 95% dos recursos alocados, são as mais importantes para o cumprimento do objetivo do programa.

Estratégia de implementação - No Comando da Aeronáutica, os órgãos responsáveis pela realização das ações, e os respectivos coordenadores, não estão subordinados diretamente ao gerente do programa. Entretanto, os órgãos de direção geral e setorial da Aeronáutica estabelecem planos de ação, planos de avaliação, organização para o trabalho, forma de repasse de recursos, forma de controle e acompanhamento do desempenho, de modo que a realização das ações está incorporada ao cumprimento da missão de cada organização responsável.

Vale lembrar que a estrutura administrativa na qual o programa está inserido é compartilhada com todos os programas sob a responsabilidade da Aeronáutica. Esta estrutura ocupa os seus diferentes níveis organizacionais e situa-se em locais físicos dispersos por todo o território nacional. No entanto, a administração da Aeronáutica detém a necessária coordenação e o acompanhamento das ações e o aproveitamento da estrutura administrativa e operacional existente contribui para a implementação das ações e para a obtenção dos resultados atingidos pelo programa.

O acompanhamento do desempenho das ações tem sido feito por meio de relatórios mensais elaborados pelos Coordenadores de Ação, os quais permitem ao Gerente avaliar os resultados parciais alcançados. Em novembro de 2002 o perfil de Coordenador de Ação foi habilitado no SIGPLAN, o que facilitará sobremaneira o trabalho da equipe gerencial.

Implementação

Recursos - Os recursos financeiros do programa são oriundos do orçamento da União e de financiamentos externos. O contingenciamento imposto no período exigiu mudanças nas prioridades de alocação, previamente planejadas entre as ações, importando em maior necessidade de recursos para o exercício de 2003.

Para a implementação do programa, há que se evidenciar o enorme esforço para manter os recursos humanos no CTA, especialmente os técnicos de alto nível, tão necessários para o desenvolvimento das pesquisas e projetos.

Capacitação - A capacitação da equipe gerencial tem se dado por meio dos cursos realizados na ENAP, relacionados com as áreas de planejamento, orçamento e gestão. Além disso, há que se destacar a contribuição do Monitor da SPI, que tem realizado reuniões para nivelar conceitos com o objetivo de facilitar o desempenho das atribuições do gerente e da equipe.

Participação da Sociedade - Pela especificidade do programa, não há fóruns estabelecidos que permitam a participação da sociedade no desenvolvimento das ações.

Parcerias - Os intercâmbios de conhecimentos, devido à capacitação profissional, especialmente aqueles ligados à ação Capacitação de Especialistas do Setor Aeroespacial, do Programa Nacional de Atividades Espaciais, auxiliaram o atingimento das metas planejadas.

Público alvo - A escassez de recursos tem provocado insatisfação dos usuários/beneficiários do programa, pois impede o desenvolvimento dos diversos projetos que são de elevada importância para a Força Aérea e para o Brasil. Devido às características e à dimensão das ações do programa, a participação do público-alvo tem ocorrido por meio de relatórios que são elaborados pelos diversos órgãos que desenvolvem ou participam dos projetos de tecnologia aeroespacial.

Sistema de Informações de Apoio Gerencial - A implementação do modelo de gestão por programas permitiu uma melhor organização da ação setorial, resultando em maior transparência e no desenvolvimento de novas e modernas ferramentas gerenciais. Nesse sentido, o Comando da Aeronáutica está consolidando a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIPG), o qual faz a transposição da metodologia do PPA para a Aeronáutica, orientando o seu planejamento, a sua execução e o seu controle orçamentário, nos mesmos parâmetros e critérios dos programas e ações do PPA.

Tecnologia de Uso Naval

Resultados O índice do indicador (taxa de execução das pesquisas programadas) no início do PPA foi de 65%. O índice planejado para o final do PPA é de 100%.

Ano 2000 - Todos os projetos desenvolveram-se de acordo com a programação físico-financeira estabelecida.

Ano 2001 - Conclusão de unidade piloto enriquecimento de material radioativo e a ampliação do laboratório de análise isotópico; instalação de equipamentos e sistemas necessários à produção de energia elétrica em parceria com a indústria nacional; conclusão da fabricação dos geradores de vapor em parceria com a indústria nacional; conclusão do projeto básico dos sistemas do reator nuclear.

Ano 2002 - O Programa nuclear como um todo teve 69% da sua infra-estrutura básica, instalações de apoio, segurança e saúde instalados até 2001. No ano de 2002 houve um incremento de cerca de 0,2%, com previsão de conclusão em 2016, quando então terá início o programa experimental de validação do protótipo do reator nuclear, com previsão de conclusão em 2019; implantados 88% do Ciclo do Combustível até 2001, com incremento de cerca de 3% em 2002 e previsão de conclusão em 2008.

Com relação aos demais projetos de ciência e tecnologia, voltados para o desenvolvimento de estudos, pesquisas e coleta de informações aplicados à dissuasão estratégica, ao desenvolvimento de tática e à absorção de conhecimento sobre tecnologias sensíveis, excetuando o Programa Nuclear, podem ser mencionados os seguintes resultados: conclusão de um sistema de simulação tática e de treinamento; prontificação dos protótipos do Sistema de Controle e Manutenção de Máquinas e Simuladores de Treinamento e do Sistema de Controle de Avarias; prosseguimento da atualização do jogo de guerra aeronaval do Centro de Jogos da Escola de Guerra Naval (EGN); prosseguimento das atividades de pesquisa aplicada, desenvolvimento de equipamentos e sistemas, inclusive softwares e experimentos, na área de guerra eletrônica; prosseguimento do desenvolvimento do Sistema Naval de Comando e Controle (SISNC2); prosseguimento do desenvolvimento de sistemas de apoio ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento de tática.

As finalidades das ações do programa prevêm adquirir conhecimento tecnológico que permita o desenvolvimento do projeto e a construção de um reator nuclear para a geração de energia elétrica e de um submarino que utilize a propulsão nuclear; dotar a Marinha de sistemas operacionais, gerenciais e de suporte à decisão do cumprimento de sua missão constitucional; e de prover a atualização e o aperfeiçoamento contínuo no que tange a aplicação de táticas de guerra naval.

Gerente:

**Contra - Almirante
Marcelo Victor de Uzêda**

É importante ressaltar que o programa é de relevância para o País, permitindo a independência tecnológica na área nuclear, além de provocar um arraste tecnológico de diversos segmentos da indústria nacional. Os cortes orçamentários criam dificuldades gerenciais, exigindo remanejamentos, nem sempre possíveis, e esforços de planejamento para atingir as metas físicas das ações.

.....

Caracterização do problema - O domínio tecnológico no campo militar é um aspecto fundamental para gerar capacidade dissuasória, além disso, a busca de novas tecnologias de uso militar, tem sido, historicamente, um grande fator de desenvolvimento das principais potências mundiais. A Marinha do Brasil atenta a esses pressupostos, incrementa dois importantes projetos que são o "Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha" e o "Programa Nuclear da Marinha". Tais projetos há longo tempo contribuem para a inovação tecnológica em diversos setores da vida nacional e sua continuidade ampliará significativamente a capacidade de defesa naval, além de permitir a nacionalização de tecnologias e produtos diversos, reduzindo nosso grau de dependência externa.

Concepção

O Programa foi concebido para capacitar a Marinha com a tecnologia necessária à dissuasão estratégica, além da busca de novas tecnologias de uso militar com aplicações na vida nacional, uma das grandes vertentes de desenvolvimento de países considerados como potências mundiais.

O programa é composto por 06 ações, com execução assim distribuída:

- Comando da Marinha - 06 projetos:

3216 - Construção de protótipo de submarino com propulsão nuclear

1421 - Construção do protótipo de reator nuclear

3217 - Desenvolvimento e aplicação de tecnologia nuclear em pesquisa e empreendimentos conjuntos

3529 - Desenvolvimento e avaliação de meios e sistemas navais

3215 - Desenvolvimento, simulação e avaliação de táticas aplicadas na guerra naval

1425 - Implantação de infra - estrutura básica na área nuclear

Atributos do programa - A Marinha entende que os problemas foram bem delineados e inseridos no Programa de Tecnologia de Uso Naval que, com suas ações e metas-físicas definidas, é adequado e exequível não havendo necessidade de correções nesse momento dos atributos do programa.

Fonte de financiamento - O programa recebe somente recursos do Orçamento Fiscal.

Estratégia de implementação - A estratégia de execução é implantada por meio de 3 planos internos voltados para: desenvolver materiais, equipamentos, sistemas e protótipos para a propulsão nuclear; e adquirir "know - how" em sistemas para aplicação na guerra naval.

.....

Recursos - O programa executou nos anos de 2000 e 2001 um total de R\$ 156.059.626,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 84.837.862,00.

Implementação

Restrições - A execução financeira do Programa Tecnologia de Uso Naval, no período 2000-2002, vem se realizando de modo satisfatório, ainda que a cada ano o atraso na liberação dos recursos orçamentários tenha gerado conseqüências indesejáveis, principalmente no caso dos projetos de investimentos, que sofrem o retardamento das metas e o conseqüente alongamento do prazo para a conclusão do Programa, sem se falar na degradação do material, perda de capacidade de pesquisa e desenvolvimento já implantados.

Entende-se que as dificuldades do Programa de Tecnologia de Uso Naval são exclusivamente de caráter financeiro, o que leva a inferir num atraso na sua conclusão.

O distanciamento entre o planejado inicialmente no PPA e o reprogramado tem sido minimizado, quando possível, com recursos de outros programas e sendo facilitado pelo modelo de gerenciamento interno da Marinha - Plano Diretor, que possui estrutura similar ao modelo de gestão por programas do Governo Federal.

Parcerias - A participação do Ministério da Ciência e Tecnologia com maior intensidade e, principalmente, com aporte financeiro poderia acelerar a conclusão do Programa, recebendo em troca a consequente tecnologia de ponta desenvolvida.

Tecnologia de Uso Terrestre

A variação do índice do indicador (taxa de execução das pesquisas programadas) no período pode ser estimado em 75 %, o que faz prever a possibilidade de atendimento dos 80% ao final do PPA.

Resultados

Em 2000 - Todos os projetos desenvolveram-se de acordo com a programação físico-financeira estabelecida.

Em 2001 - Aprovação do protótipo do míssil MSS 1.2.; levantamento dos dados de balística interna e externa, bem como a melhoria na resistência do tubo lançador da Arma Leve Anticarro - ALAC; montagem dos óculos e dos monóculos de visão noturna, com domínio de tecnologia; finalização do software do Módulo de Ensino para Guerra Eletrônica, representando o domínio de tecnologia vital para essa atividade; avaliação técnica do Morteiro 120mm.

Em 2002 - Desenvolvimento da unidade de tiro do míssil Superfície/Superfície Anticarro 1.2 (MSS 1.2 AC); conclusão da avaliação técnica do fuzil 5,56mm; conclusão da avaliação técnica dos óculos de visão noturna; avaliações operacionais da viatura blindada de transporte de tropas e viatura ¾ ton 4x4, 4P; desenvolvimento de mísseis e foguetes; Desenvolvimento de armas convencionais e munições (Morteiro 120mm, Fuzil 5,56mm, Munição para Morteiro 120mm); desenvolvimento de materiais de Comunicações e Eletrônica (Sistema computadorizado de Tiro para Artilharia de Campanha); desenvolvimento da nova família de blindados de rodas (NFBR); pesquisas, destacando-se a irradiação de alimentos, o laboratório biológico de contenção máxima, carbono-grafite, reatores nucleares de alta temperatura refrigerados a gás, etc.

Caracterização do problema - O Exército Brasileiro tem a necessidade de pesquisar, desenvolver e avaliar material de emprego dual de interesse do Exército e das forças singulares, e de estimular a parceria com órgãos civis de pesquisa.

Concepção

O programa é composto por 03 ações, com a execução assim distribuída:

- Comando do Exército - 03 atividades:

2769 - Avaliação de material de emprego dual - Proporcionar o suprimento de instrumentos para medição e aferição dos equipamentos e materiais de utilização do pessoal militar e civil do Exército Brasileiro.

2786 - Funcionamento dos órgãos de pesquisa e desenvolvimento do Exército - Contribuir e atender às necessidades das organizações militares das Forças Armadas em pesquisa, desenvolvimento e avaliação de materiais de seu interesse.

4403 - Pesquisa e desenvolvimento de material dual - Proporcionar a pesquisa e o desenvolvimento de instrumentos para medição e aferição dos equipamentos e dos materiais de utilização do pessoal militar e civil do Exército Brasileiro.

Atributos do programa - Os atributos do programa estão bem definidos, não necessitando de alteração.

Estratégia de implementação - Desenvolvimento próprio, por intermédio dos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Exército e/ou em parceria com indústrias, preferencialmente nacional, e com outras organizações das demais forças singulares.

Gerente:

**General de Divisão
Renato César Tibau da Costa**

Público-alvo - O principal usuário do produto final, gerado pelo programa Tecnologias de Uso Terrestre, é o Exército Brasileiro. Secundariamente são usuários os fabricantes de produtos controlados pelo Exército Brasileiro, por força da legislação, tais como: armas de porte, coletes a provas de balas, blindagens para veículos, etc.

Indicadores - Existe a necessidade de alterar o indicador devido ser de difícil mensuração.

Implementação

Recursos - O programa executou nos anos de 2000 e 2001 o total de R\$ 9.037.233,00. Para o ano de 2002 está previsto R\$ 4.578.825,00.

Parcerias - O programa não tem parceria formal, entretanto, a Secretaria de Ciência e Tecnologia - SCT mantém contratos de desenvolvimento com empresas civis, tais como a MECTRON, no desenvolvimento do míssil anticarro e com a GESPI, no desenvolvimento nos tubos de compósitos para o lançamento da Arma leve Anticarro - ALAC.

Satisfação do Público-alvo - O programa avalia a satisfação do público-alvo por meio de apresentações dos produtos aos altos escalões do Exército e através de exposições.